

# **BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO**

**2.º Trimestre 2013**



**15 de setembro de 2013**

## ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO -----	3
2.	ENQUADRAMENTO -----	4
3.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE -----	5
3.1.	Análise dos Resultados -----	5
3.2.	Análise Patrimonial -----	13
3.3.	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro -----	16
3.4.	Responsabilidades Contingentes -----	18
4.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	20
5.	PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) -----	21
6.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO -----	24
	ANEXOS -----	26
	A – UNIVERSO SEE ANALISADO -----	27
	B - ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	28
	C - ANÁLISE PATRIMONIAL -----	37
	D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	39
	E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE -----	40

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a situação económico-financeira e patrimonial do universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

Relativamente ao 2.º trimestre de 2013 destacam-se os seguintes aspetos:

- O volume de negócios do SEE, excluindo o sector da Saúde, e sem o efeito dos investimentos em ILD, regista um decréscimo de 62,0 M€;
- No sector das Infraestruturas a redução de 180,4 M€ no volume de negócios deve-se essencialmente à EP decorrente da diminuição dos investimentos em ILD (-136,7 M€) e das receitas provenientes da contribuição do serviço rodoviário (-16,8 M€);
- O sector da Saúde apresentou uma redução generalizada das receitas, em cerca de 117,6 M€, decorrente da diminuição dos preços nas diversas linhas de produção;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos do SEE, excluindo sector da Saúde, reduziram 4,3% face ao período homólogo, atingindo um total de 1.321,4 M€;
- Na RTP o CMVMC registou uma redução de 31,4%, decorrente de economias nos custos externos da grelha de programas;
- Face a igual período do ano anterior registou-se uma redução do EBITDA de 634,8 M€, para um total de 396,3 M€, induzida pelo efeito extraordinário das privatizações em 2012.
- Excluindo a Parpública devido às privatizações, verificou-se uma melhoria no EBITDA de 203,9 M€ ou seja mais 38% do que em igual período do ano anterior para a qual contribuiu o efeito da liquidação antecipada de instrumentos de gestão de risco financeiro;
- No sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, registou-se uma melhoria do EBITDA ajustado<sup>1</sup> expurgado da reintrodução de subsídios, de 129,9 M€, entre o 2.º trimestre de 2010 e o de 2013, passando de -126,5 M€ para 3,3 M€;
- O sector dos Transportes obteve um crescimento de 347,6 M€ no resultado líquido face ao período homólogo;
- O SEE registou um aumento do endividamento de 5,9%, face ao 4º trimestre de 2012, ascendendo a 33.850,9 M€, repartidos pelas Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 14.355,6 M€ (+4,3%), e Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 19.495,4 M€ (+7,1%).

---

<sup>1</sup> No âmbito do Memorando de Entendimento de Políticas Económicas e Financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e Gestão da Infraestrutura Ferroviária, medido através da evolução do EBITDA ajustado face a 2010.

## 2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF às empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 2.º trimestre de 2013 por comparação com o trimestre homólogo de 2012, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade destas empresas utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), enquanto 14 utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As entidades públicas empresariais (EPE) do sector da Saúde não se encontram, por enquanto, obrigadas à adoção do SNC, pelo que mantêm as suas contas em POC não podendo, por essa razão e pela sua especificidade, ser agregadas com as restantes empresas.

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, sendo obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Pelo motivo referido, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

Em 2013, a Transtejo foi integrada no perímetro de consolidação das contas públicas enquanto entidade pública reclassificada (EPR) no âmbito da aplicação do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95).

A referência “Empresas Parpública” corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

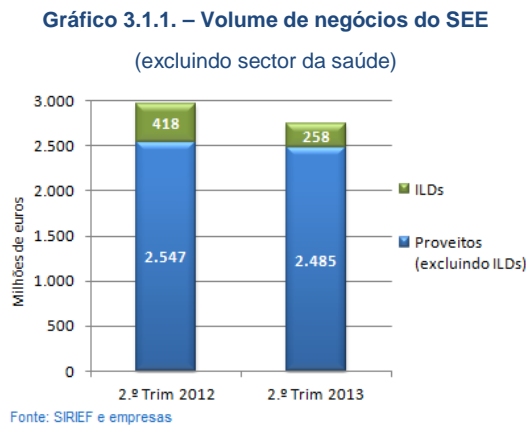
- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Extensão das responsabilidades contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP);
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

#### 3.1. Análise dos Resultados

##### 3.1.1. Rendimentos Operacionais

No 2.º trimestre de 2013 o volume de negócios do SEE, excluindo o sector da Saúde, apresenta um decréscimo de 221,6 M€ (-7,5% face ao 2.º trimestre de 2012), atingindo um total de 2.743,0 M€, explicado essencialmente pela redução do valor da prestação de serviços associada a investimento em ILD, em cerca de 159,6 M€, particularmente na Estradas de Portugal (EP), no Metro do Porto (MP) e na EDIA.



Excluindo os ILD, dado terem um efeito neutro no resultado líquido por serem contabilizados como proveitos e gastos (em FSE ou CMVMC), o decréscimo verificado no volume de negócios é de apenas 62,0 M€ (-2,4%), situando-se em 2.484,5 M€.

**Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector**  
(excluindo sector da saúde)

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	95.384	102.992	-7.608	-7,4%
Cultura	2.466	2.414	51	2,1%
Infraestruturas	961.351	1.141.711	-180.360	-15,8%
Req. Urbana e Ambiental	2.090	4.794	-2.704	-56,4%
Transportes	249.903	270.169	-20.265	-7,5%
Outros	53.742	58.358	-4.616	-7,9%
Empresas Parpública	1.378.057	1.384.174	-6.117	-0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>2.742.992</b>	<b>2.964.611</b>	<b>-221.619</b>	<b>-7,5%</b>
Saúde	1.735.331	1.852.977	-117.646	-6,3%
<b>Total</b>	<b>4.478.323</b>	<b>4.817.588</b>	<b>-339.265</b>	<b>-7,0%</b>

Fonte: SRIEF e empresas

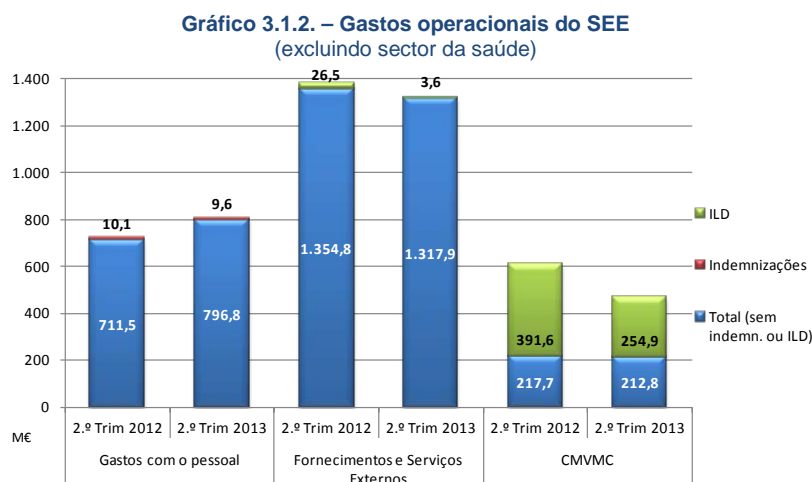
Verifica-se uma diminuição do volume de negócios na generalidade dos sectores, com as maiores reduções, em termos absolutos a ocorrer:

- No sector das Infraestruturas (-180,4 M€), explicado na sua maioria pela EP decorrente da diminuição dos investimentos em ILD (-136,7 M€) e nas receitas provenientes da Contribuição do Serviço Rodoviário (-16,8 M€);
- No sector dos Transportes (-20,3 M€), pela redução de 14,4 M€ em investimentos em ILD no MP e pela diminuição da procura na CP, causando um decréscimo de 6,6 M€;
- No sector da Comunicação Social (-7,6 M€), composto pela diminuição de 5,0 M€ nos rendimentos com publicidade na RTP e na redução da remuneração da prestação de serviços entre o Estado e a Lusa, em cerca de 2,6 M€ face a igual período do ano passado; e
- Nas Empresas Parpública (-6,1 M€), com a redução da atividade nos CTT e na Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), provocando uma quebra de 8,8 M€ e 5,4 M€, respetivamente, contraposto pelo aumento da procura na TAP com um efeito de mais 7,3 M€ no volume de negócios.

No 2.º trimestre de 2013, o sector da Saúde apresentou uma redução generalizada das receitas, em cerca de 117,6 M€ para um total de 1.735,3 M€, decorrente da diminuição dos preços nas diversas linhas de produção.

### 3.1.2. Gastos Operacionais

No final do 2.º trimestre de 2013 os gastos operacionais do SEE excluindo o setor da saúde e sem considerar os ILD, cresceram 43,5 M€ face ao período homólogo, para um total de 2.327,5 M€, resultado explicado pelo aumento de 11,8% dos gastos com pessoal, pela reposição dos subsídios de Natal e de férias em 2013, contraposto pela redução de 2,7% nos FSE e 2,3% nos CMVMC.



Assim, no 2.º trimestre de 2013, os gastos com pessoal atingiram 806,4 M€, dos quais 9,6 M€ correspondem a indemnizações por cessação do contrato de trabalho. O aumento dos gastos com pessoal, ocorre na generalidade das empresas, com particular incidência na:

- TAP, SA, +32,1 M€ correspondente a 15,8%;
- NAV, +15,9 M€ correspondente a 31,5%;
- CP, +11,1 M€ correspondente a 26,5%;
- REFER, +8,4 M€ correspondente a 21,6%;
- EGREP, +0,1 M€ correspondente a 81,1%;
- Polis Litoral Ria de Aveiro, +0,01 M€ correspondente a 76,9%;
- Serviços partilhados do ministério da Saúde, +1,3 M€ correspondente a 47,1%.

A destacar a diminuição de 5,1% nos gastos com pessoal na Carris, correspondendo a cerca de 1,8 M€, decorrente da redução de 143 trabalhadores face ao 2.º trimestre de 2012.

Os Fornecimentos e Serviços Externos do SEE, excluindo sector da Saúde, reduziram 4,3% no 2.º trimestre de 2013, cerca de 59,9 M€, face ao período homólogo, atingindo um total de 1.321,4 M€.

Como principal contributo para esta evolução, destacam-se as empresas MP e EDIA, através da redução dos investimentos em ILD, em cerca de 14,4 M€ e 8,6 M€, respetivamente. Contudo, na generalidade das empresas do SEE verificaram-se reduções ao nível dos FSE, com exceção da EP, que com a abertura ao tráfego de novos troços das subconcessões, aumentou os respetivos custos de operação e manutenção em cerca de 15,0 M€, o equivalente a um incremento de 17,0%, comparativamente com o 2.º trimestre de 2012.

Salienta-se o esforço realizado pelas empresas Parque Escolar, STCP e AdP na redução dos FSE de 34,2%, 23,1% e 23,0%, respetivamente.

O CMVMC atingiu 467,6 M€ no final do 2.º trimestre de 2013, o equivalente a menos 23,2% que em igual período do ano anterior, sendo explicado, quase unicamente pela redução de ILD na EP.

Além da EP, é de se salientar a redução de 31,4% na RTP, decorrente de economias nos custos externos da grelha de programas, atingindo no final do 2.º trimestre de 2013 um total de 33,7 M€.

No sector da Saúde, apesar da diminuição do número de trabalhadores em 1.427, menos 3,1% que em igual período do ano anterior, a reposição dos subsídios gerou um aumento dos custos com pessoal em cerca de 8,9% para um total de 1.046,1 M€ no final do 2.º trimestre de 2013.

O CMVMC e FSE diminuíram 20,5 M€ e 9,5 M€, respetivamente, tendo-se verificado esta diminuição na generalidade das empresas do sector da Saúde.

Para a redução do CMVMC contribuiu principalmente o CH de São João, com menos 4,7 M€, e o IPO do Porto, com menos 2,7 M€, enquanto o CH do Alto Ave foi o que apresentou a maior contribuição para a redução dos FSE, ao diminuir 2,1 M€, face ao 2.º trimestre de 2012.

### 3.1.3. EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No 2.º trimestre de 2013, o SEE, excluindo o sector da Saúde, verificou um agravamento do EBITDA de 634,8 M€, para um total de 396,3 M€ positivos, enquanto o sector da Saúde agrava 166,5 M€, para cerca de -181,4 M€.

Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	15.086	20.060	-4.974	-24,8%
Cultura	-311	331	-642	-194,1%
Infraestruturas	338.455	444.060	-105.605	-23,8%
Req. Urbana e Ambiental	-4.216	-1.944	-2.272	-116,9%
Transportes	57.781	-79.994	137.775	172,2%
Outros	1.309	8.651	-7.342	-84,9%
Empresas Parpública	-11.803	639.927	-651.730	-101,8%
<b>Subtotal</b>	<b>396.301</b>	<b>1.031.091</b>	<b>-634.790</b>	<b>-61,6%</b>
Saúde	-181.391	-14.853	-166.538	-1121,2%
<b>Total</b>	<b>214.910</b>	<b>1.016.238</b>	<b>-801.328</b>	<b>-78,9%</b>

Fonte: SIRIEF

A Parpública, atuando no domínio de gestor de participações em processo de privatização, beneficiou no ano de 2012, da receita extraordinária proveniente da reprivatização da EDP e REN, tendo assim, ampliado os seus resultados nesse ano.

Não tendo existido até ao final do 2.º trimestre de 2013 alienações com o peso das anteriores, originou que os resultados da Parpública fossem significativamente inferiores ao período homólogo, em cerca de 647,1 M€, sendo esta a explicação para a elevada diminuição dos resultados.

O sector das Infraestruturas mantém um EBITDA positivo de 338,5 M€, revelando no entanto, uma diminuição de 23,8% no 2.º trimestre de 2013, essencialmente explicado pela redução dos resultados da EP, com menos 87,7 M€ para um total de 242,8 M€, decorrente da diminuição das receitas, enquanto a REFER reduz o EBITDA em 10,5 M€ para cerca de -16,6 M€, como consequência do aumento dos gastos operacionais.

Para a análise do sector dos Transportes e do seu contributo para a formação do EBITDA, além das receitas e gastos operacionais, há que referir o impacto da rubrica de justo valor, a qual produz um grande impacto nestas empresas, pela sua utilização de contratos de gestão de risco financeiro.

Durante o 2.º trimestre de 2013, a liquidação antecipada de alguns destes contratos, contribuiu positivamente para a evolução do EBITDA.

Assim, neste trimestre o justo valor contribui com uma variação positiva de 74,9 M€, que associado aos ganhos operacionais traduz-se num crescimento de 137,8 M€ para um total de 57,8 M€, com o



MP a alcançar um EBITDA de 8,0 M€ por comparação com -115,0 M€ anteriores, e a CP a atingir 40,2 M€ face aos 19,3 M€ no segundo trimestre do período homólogo.

O sector da Saúde agrava profundamente o seu EBITDA em cerca de 166,5 M€, passando de -14,9 M€ para um total de -181,4 M€, como consequência da diminuição dos proveitos e aumento dos custos operacionais referidos anteriormente.

### 3.1.4. EBITDA ajustado no sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária

No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária.

Para o efeito, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010, expurgado de variações de justo valor e rubricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de investimento em redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução de 129,9 M€, entre o 2.º trimestre de 2010 e o 2º trimestre de 2013, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e Gestão da Infraestrutura ferroviária, excluindo a reintrodução de subsídios.

A evolução do EBITDA ajustado face aos valores do 2.º trimestre de 2012 decorre essencialmente do efeito da reposição dos subsídios de férias e natal. O EBITDA ajustado para o 2.º trimestre de 2013, expurgado da reposição dos subsídios de natal e férias, regista uma evolução positiva de 3,9 M€ face ao período homólogo de 2012.

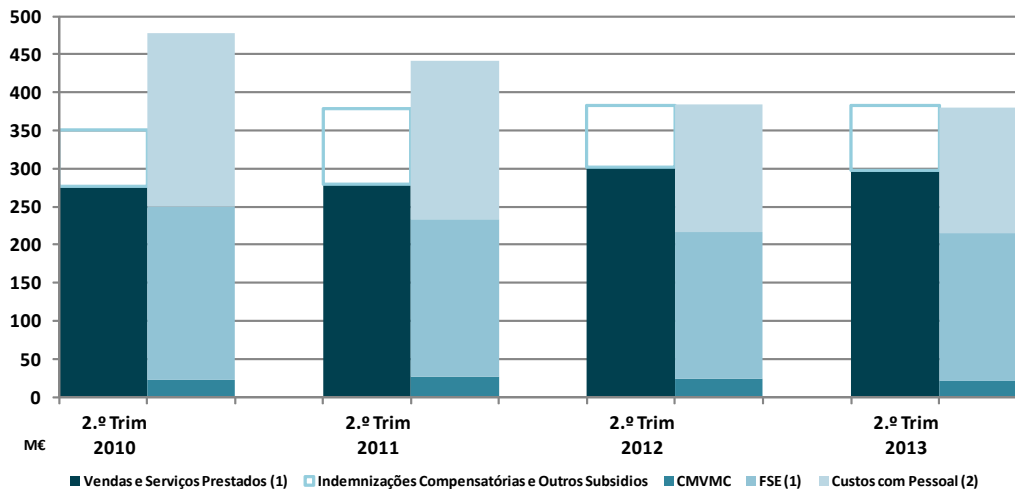
Quadro 3.1.4. – EBITDA ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	2.ºTrim 2010	2.ºTrim 2011	2.ºTrim 2012	2.ºTrim 2013	Δ 2010-2013
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	277.019,6	279.962,9	302.400,6	297.206,7	20.187,1
Indemnizações Compensatórias	73.995,5	98.918,0	79.829,3	86.036,4	12.040,9
Outros subsídios e compensações financeiras	636,7	1.717,6	1.506,0	710,3	73,6
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>351.651,8</b>	<b>380.598,5</b>	<b>383.735,8</b>	<b>383.953,4</b>	<b>32.301,6</b>
CMVMC	22.675,9	26.838,0	23.468,8	21.529,8	-1.146,1
FSE (s/ IFRIC)	227.773,2	206.644,8	192.997,4	194.106,9	-33.666,2
Custos com Pessoal sem reintrodução de subsídios de férias e natal (1)	227.719,7	208.268,9	167.870,9	164.979,3	-62.740,4
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>478.168,7</b>	<b>441.751,7</b>	<b>384.337,0</b>	<b>380.616,1</b>	<b>-97.552,7</b>
<b>EBITDAr (sem reintrodução de subsídios)</b>	<b>-126.516,9</b>	<b>-61.153,2</b>	<b>-601,2</b>	<b>3.337,3</b>	<b>129.854,2</b>
Encargos decorrentes da reintrodução de subsídios				21.656,4	
Custos com Pessoal	227.719,7	208.268,9	167.870,9	186.635,7	-41.084,0
<b>EBITDAr</b>	<b>-126.516,9</b>	<b>-61.153,2</b>	<b>-601,2</b>	<b>-18.319,1</b>	<b>108.197,8</b>
(1) Excluindo custos com rescisões, no valor de:	2.629,6	2.684,5	6.784,3	6.649,4	

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego

Gráfico 3.1.4. – EBITDA ajustado nas empresas públicas de transportes e gestão da infraestrutura ferroviária



(1) - Excluindo investimentos em IID  
(2) - Excluindo custos com rescisões

### 3.1.5. Resultados Financeiros

A liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados reflete-se nos resultados financeiros, regra geral, decorrente da diferença entre o valor de mercado destes instrumentos, registado no balanço das respetivas empresas, e o valor efetivamente pago no âmbito do seu cancelamento.

Assim, ao fim do 2.º trimestre de 2013, o SEE apresenta uma melhoria substancial dos resultados financeiros, com uma redução de 20,9% dos prejuízos financeiros para um total de -535,3 M€.

Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	-2.096	-8.834	6.738	76,3%
Cultura	-9	1	-10	-802,9%
Infraestruturas	-202.254	-229.727	27.473	12,0%
Req. Urbana e Ambiental	-4.953	-5.647	694	12,3%
Transportes	-128.645	-334.142	205.497	61,5%
Outros	-124.051	-7.181	-116.871	-1627,6%
Empresas Párpública	-73.335	-91.260	17.925	19,6%
<b>Subtotal</b>	<b>-535.343</b>	<b>-676.789</b>	<b>141.446</b>	<b>20,9%</b>
Saúde	-797	-1.124	328	29,2%
<b>Total SEE</b>	<b>-536.140</b>	<b>-677.914</b>	<b>141.774</b>	<b>20,9%</b>

Fonte: SIRIEF

A evolução positiva registada em alguns sectores resulta essencialmente do efeito da liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados, ao registar ganhos resultantes da diferença entre o valor de mercado e o valor pago por estes instrumentos.

Com efeito, o sector dos Transportes apresenta uma melhoria de 205,5 M€, explicado maioritariamente pelo:

- MP, com um crescimento de 133,5 M€, alcançando um resultado financeiro positivo de 29,7 M€;
- ML, melhorando 52,1 M€ para um total de -16,7 M€, e
- STCP, com um aumento o resultado financeiro em 37,0 M€, atingindo 5,0 M€.

O sector das Infraestruturas revela uma melhoria de 12,0% face ao 2.º trimestre de 2012, com melhorias nas operações financeiras derivadas da REFER e EP, resultando num aumento dos resultados financeiros de 12,7 M€ e 8,4 M€, respetivamente.

As Empresas Parpública reduzem o prejuízo financeiro em 19,6%, salientando o crescimento de 25,5 M€ na AdP, para um total de 61,9 M€, pela contabilização de ganhos com o cancelamento de instrumentos financeiros derivados.

Por outro lado, o sector Outros incorre num forte agravamento dos resultados financeiros, passando de -7,2 M€ para -124,1 M€, como consequência da contabilização do pagamento do *swap* da EGREP na sua totalidade.

Ao contrário da generalidade dos instrumentos financeiros liquidados, o *swap* cancelado pela EGREP não se encontrava refletido no balanço da empresa por se considerar que incorporava todas as condições estabelecidas na IAS 39. Assim, apenas era mensurado, na demonstração de resultados, o juro decorrente do derivado e do empréstimo subjacente.

Como consequência, à data do seu cancelamento, o custo teve de ser registado na sua totalidade, produzindo uma redução de 122,1 M€ nos resultados financeiros da EGREP e correspondente aumento do passivo.

Dada a própria natureza do sector da Saúde, os resultados financeiros deste sector são praticamente nulos.

### 3.1.6. Resultados Líquidos

Pela conjugação dos fatores referidos anteriormente, no SEE, excluindo o sector da Saúde, observa-se um agravamento dos resultados líquidos no final do 2.º trimestre de 2013, em cerca de 447,4 M€ para -486,6 M€.

O sector da Saúde teve, no mesmo período, uma evolução desfavorável em cerca de 165,8 M€, atingindo um resultado líquido agregado de -244,7 M€.

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	10.137	7.061	3.076	43,6%
Cultura	-624	-8	-615	-7264,5%
Infraestruturas	-29.708	10.268	-39.976	-389,3%
Req. Urbana e Ambien	-9.200	-9.723	523	5,4%
Transportes	-162.748	-510.317	347.569	68,1%
Outros	-124.745	-381	-124.364	-32654,0%
Empresas Parpública	-169.681	463.905	-633.585	-136,6%
<b>Subtotal</b>	<b>-486.568</b>	<b>-39.195</b>	<b>-447.373</b>	<b>-1141,4%</b>
Saúde	-244.660	-78.882	-165.777	-210,2%
<b>Total</b>	<b>-731.228</b>	<b>-118.078</b>	<b>-613.150</b>	<b>-519,3%</b>

Fonte: SIRIEF

O principal contributo para a evolução registada no resultado líquido agregado do SEE teve origem nas Empresas do Grupo Parpública, que passaram de 463,9 M€ no final do 2.º trimestre de 2012, para um total de -169,7 M€, no 2.º trimestre deste ano.

A variação no sector Outros, resulta essencialmente do resultado líquido da EGREP, que se agravou em 117,5 M€.

O sector das Infraestruturas verifica uma inversão dos seus resultados, passando de um valor positivo de 10,3 M€, no período homólogo, para -29,7 M€ no 2.º trimestre de 2013 como consequência dos resultados da EP que se reduzem em cerca de 61,5 M€ para um total de -18,9 M€.

O sector dos Transportes apresenta, no 2.º trimestre de 2013, o maior crescimento em termos absolutos do resultado líquido, contribuindo para esta evolução as seguintes empresas:

- MP, crescendo 255,6 M€ para um total de 8,1 M€ positivos;
- ML, com mais 39,5 M€ que em igual período do ano anterior, atingindo um total de -19,2 M€;
- STCP, aumentando 37,4 M€ face ao 2.º trimestre de 2012, invertendo efetivamente o valor negativo apurado no ano anterior para um total de 1,1 M€ positivos; e
- CP ao crescer 12,2 M€ para cerca de -113,2 M€.

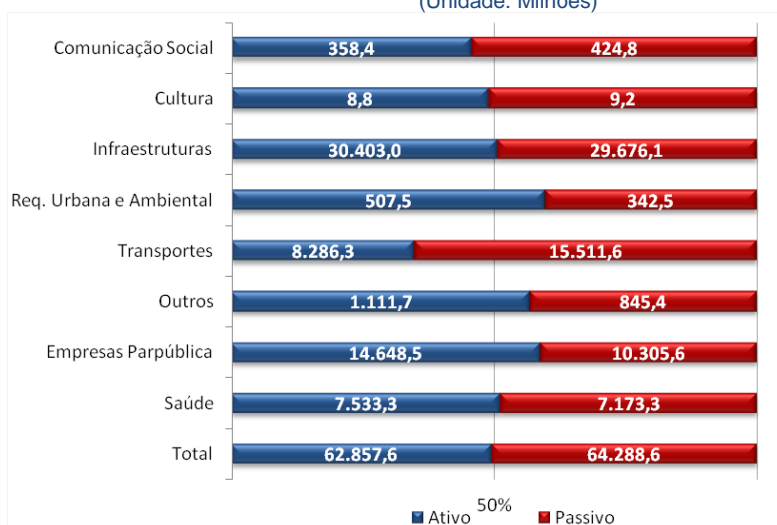
A redução de proveitos no sector da Saúde traduz-se num agravamento do resultado líquido do sector, com os prejuízos a aumentarem 165,8 M€ face ao igual período do ano transato, atingindo no final do 2.º trimestre de 2013 um total de 244,7 M€.

## 3.2. Análise Patrimonial

### 3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

Em termos patrimoniais, durante o 2.º trimestre de 2013, o SEE apresenta na sua quase totalidade uma evolução negativa face ao 4º trimestre de 2012, com uma redução dos capitais próprios em 899,4 M€, decorrente de um crescimento do passivo (6,6%) superior ao do ativo (5,2%), que ascendem a 64.288,6 M€ e 62.857,6 M€, respetivamente.

**Gráfico 3.2.1.1. – Estrutura patrimonial**  
(Unidade: Milhões)



Fonte: SIRIEF

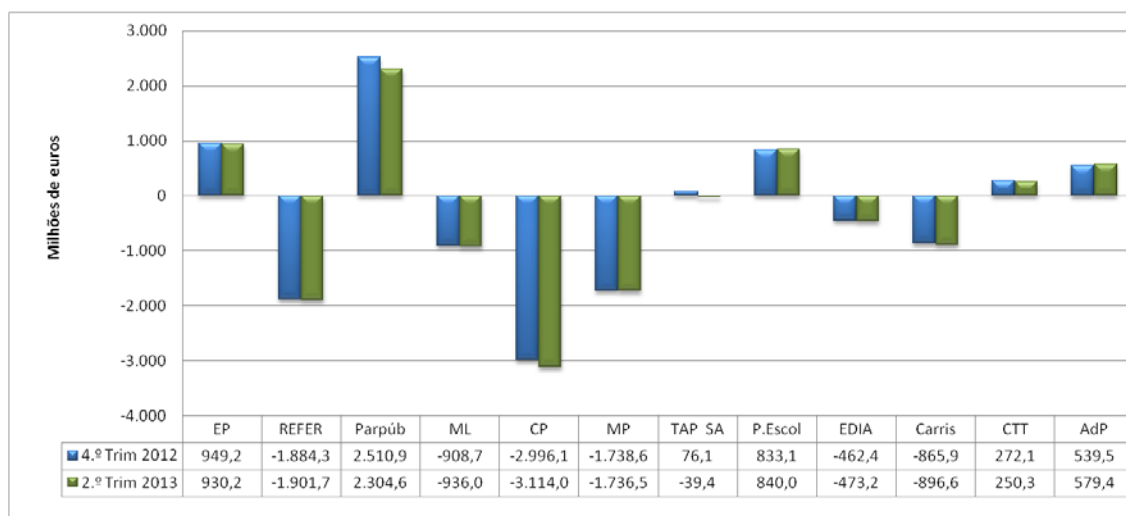
O gráfico acima evidencia a situação desequilibrada do sector dos Transportes, com o passivo a representar quase o dobro do ativo, atingindo, conseqüentemente, os capitais próprios o valor de -7.225,3 M€, verificando-se uma redução de 2,6% face ao final do ano de 2012.

A contribuir maioritariamente para este agravamento, encontra-se a CP com -117,9 M€ (-3,9%), a Carris com -30,7 M€ (-3,5%) e o ML com -27,4 M€ (-3,0%), ascendendo os seus capitais próprios a -3.114,0 M€, -896,6 M€ e -936,0 M€, respetivamente.

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao sector, apresenta um valor de ativo (30.403,0 M€) e passivo (29.676,1 M€) muito superior ao dos restantes, sendo de referir que os capitais próprios do sector sofreram um agravamento 3,6% durante os primeiros dois trimestres do ano de 2013.

É de destacar pela positiva o crescimento dos capitais próprios no conjunto das administrações portuárias em cerca de 10,2 M€ e da Parque Escolar em 6,9 M€

Gráfico 3.1.2.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo



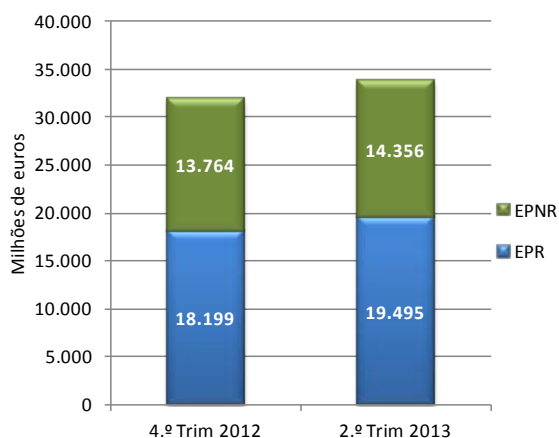
Fonte: SIRIEF

O gráfico acima apresentado mostra a evolução do capital próprio das 12 empresas com maior passivo, ordenado de forma decrescente.

### 3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre EPNR e EPR, uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por se encontrarem incluídas no perímetro das Administrações Públicas.

Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR



Fonte: SIRIEF

Até ao final do 2.º trimestre de 2013, o SEE registou um aumento do endividamento de 5,9% face ao valor verificado no final de 2012, ascendendo a 33.850,9 M€, repartidos pelas EPNR, num total de 14.355,6 M€ (+4,3%), e EPR, num total de 19.495,4 M€ (+7,1%).

Nas EPNR, o aumento é explicado maioritariamente pela EGREP, com mais 115,6 M€ decorrente da necessidade de pagar o cancelamento adiantado do *swap*, e pela CP, com mais 88,6 M€.

Nas Empresas Parpública verifica-se um crescimento de 59,7 M€ face ao final de 2012, resultando do efeito conjugado do aumento do endividamento da Parpública em 174,8 M€, com as reduções na Sagestamo, em 64,6 M€, e da TAP, SA, em 42,8 M€.

Quadro 3.2.2. – Endividamento

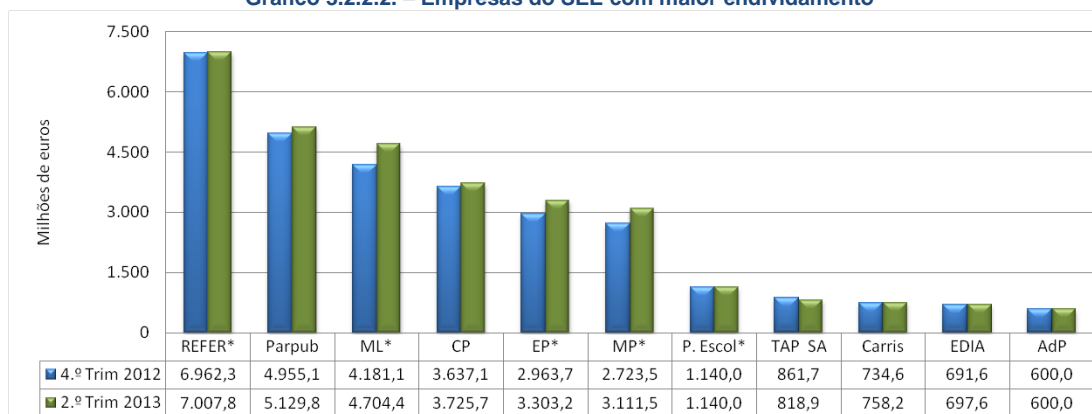
Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	65.283	66.145	-861	-1,3%
Cultura	39	0	39	-
Infraestruturas	12.528.650	12.136.560	392.090	3,2%
Req. Urbana e Ambiental	168.459	162.713	5.746	3,5%
Transportes	12.852.495	11.810.848	1.041.647	8,8%
Outros	629.736	484.259	145.478	30,0%
Empresas Parpública	7.002.112	6.942.385	59.727	0,9%
Saúde	604.150	359.756	244.394	67,9%
<b>Total SEE</b>	<b>33.850.924</b>	<b>31.962.665</b>	<b>1.888.260</b>	<b>5,9%</b>

Fonte: SIRIEF

Relativamente às EPR o aumento de endividamento encontra-se concentrado no sector dos Transportes, especificamente no ML em 523,3 M€ (+12,5%) e no MP em 388,0 M€ (+14,2%). Em ambos os casos o acréscimo de endividamento ocorre de modo a pagar o cancelamento antecipado de instrumentos financeiros derivados.

Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento



(\*) – EPR

Fonte: SIRIEF

Do conjunto das principais empresas do SEE quanto aos níveis de endividamento, destaca-se a REFER, a Parpública e o ML que ultrapassam os 4.000 M€ por empresa. Refira-se ainda que as onze empresas constantes do gráfico acima representam, no seu somatório 91,6% do endividamento total do SEE.

### 3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

O resultado desse processo está espelhado na figura seguinte:

Quadro 3.3.1. - IGRF cancelados no 1º semestre de 2013

Unid: Milhares de euros

Empresa	Preço cancelamento	MtM à data cancelamento	Desconto	nº Operações Fechadas
EP	-8.988	-13.160	32%	1
Metropolitano Lisboa	-475.429	-658.521	28%	43
Metro Porto	-342.561	-516.936	34%	11
Refer	-12.486	-22.505	45%	5
<b>Total EPR</b>	<b>-839.464</b>	<b>-1.211.122</b>	<b>31%</b>	<b>60</b>
AdP	-24.440	-37.600	35%	2
CP	-24.667	-37.525	34%	3
EGREP	-122.080	-175.500	30%	1
Parpública	10.000	10.000	0%	2
STCP	-7.865	-12.100	35%	1
<b>Total EPNR</b>	<b>-169.052</b>	<b>-252.725</b>	<b>33%</b>	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>-1.008.515</b>	<b>-1.463.847</b>	<b>31%</b>	<b>69</b>

Fonte: Empresas

Ou seja, durante o 1º semestre de 2013 foram cancelados 69 IGRF<sup>2</sup>, com um valor de mercado de quase 1.500 M€. As posições mais significativas eram as dos Metropolitanos de Lisboa e do Porto e

<sup>2</sup> Sendo que no 1.º trimestre foram canceladas 13 transações, com um valor de mercado agregado de 295 M€.



da EGREP. Estiveram envolvidas nestes cancelamentos antecipados 9 instituições financeiras, todas estrangeiras.

Em consequência deste processo, e do vencimento de algumas operações, à data de 30 de junho subsistiam 56 IGRF nas carteiras de 13 empresas, repartidas por cinco sectores de atividade, com um nocional agregado de 2.857,9 M€, e um valor de mercado da ordem dos 1.609,8 M€.

**Quadro 3.3.2. - IGRF por Sector**  
(Valores reportados a 30.06.2013)

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	IGRF - MtM	Endividamento	MtM/Dívida (%)
ANA	1	26.250	-3.243	nd	nd
APL <sup>1</sup>	1	13.975	-2.674	131.470	-2,0%
Refer	1	150.000	-960	7.007.834	0,0%
<b>Subtotal Infra-Estruturas</b>	<b>3</b>	<b>190.225</b>	<b>-6.877</b>	<b>7.139.304</b>	<b>-0,1%</b>
Carris	4	328.200	-91.922	758.242	-12,1%
CP	3	283.488	-73.801	3.725.668	-2,0%
Metro Porto	4	234.820	-498.249	3.111.477	-16,0%
Metropolitano Lisboa	23	943.423	-664.027	4.704.448	-14,1%
STCP	1	25.000	-89.944	388.360	-23,2%
TAP	8	172.121	-4.467	818.860	-0,5%
Transtejo	1	27.500	-4.330	163.935	-2,6%
<b>Subtotal Transportes</b>	<b>44</b>	<b>2.014.551</b>	<b>-1.426.739</b>	<b>13.670.990</b>	<b>-10,4%</b>
AdP	4	170.000	-25.151	600.000	-4,2%
<b>Subtotal Serv. Utilidade Pública</b>	<b>4</b>	<b>170.000</b>	<b>-25.151</b>	<b>600.000</b>	<b>-4,2%</b>
SIMAB	1	18.056	-555	482.121	-0,1%
<b>Subtotal Outros Sectores</b>	<b>1</b>	<b>18.056</b>	<b>-555</b>	<b>482.121</b>	<b>-0,1%</b>
Parpública <sup>2</sup>	4	465.069	-150.512	4.781.275	-3,1%
<b>Total Geral</b>	<b>56</b>	<b>2.857.901</b>	<b>-1.609.835</b>	<b>26.673.690</b>	<b>-6,1%</b>

(1) - Derivado embedded num contrato mútuo

(2) - Inclui obrigações convertíveis sobre ações da GALP

Fonte: Empresas

O quadro supra evidencia o peso do valor de mercado à data de 30 de junho (*MtM*) dos IGRF contratados, face ao endividamento das empresas. Comparativamente com o trimestre anterior constata-se uma redução deste rácio, que deriva por um lado do cancelamento dos IGRF acima referido, e por outro do aumento do endividamento.

Foi feita uma análise da sensibilidade deste IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma a variação positiva de 1% na curva de rendimentos do Euro teria um impacto favorável de cerca de 434,0 M€, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 552 M€<sup>3</sup> no valor da carteira<sup>4</sup>. A assimetria não negligenciável destes impactos decorre essencialmente da componente de opcionalidade na carteira, particularmente sensível nas estruturas *snowball*.

<sup>3</sup> Como já foi referido em boletins anteriores, nesta análise impôs-se como limite que as taxas de juro não poderiam assumir valores negativos, pelo que nos prazos mais curtos o choque de facto imposto à curva foi inferior (em valor absoluto) a 1%.

<sup>4</sup> Fonte: IGCP.

**Quadro 3.3.3. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro**  
(Valores reportados a 30.06.2013)

Unid: Milhares de euros

Empresa	MtM	+1%	-1%
AdP	-25.151	4.049	-5.999
ANA	-3.243	115	-107
APL	-2.674	545	-568
Carris	-91.922	17.095	-32.565
CP	-73.801	9.775	-9.339
SIMAB	-555	133	-81
Metropolitano Lisboa	-664.027	195.745	-274.350
Metro Porto	-498.249	121.675	-121.547
Parpública	-150.512	62.492	-76.162
Refer	-960	-656	1.468
STCP	-89.944	21.345	-31.854
TAP	-4.467	834	-819
Transtejo	-4.330	998	-965
<b>Total</b>	<b>-1.609.835</b>	<b>434.144</b>	<b>-552.888</b>

Fonte: Empresas

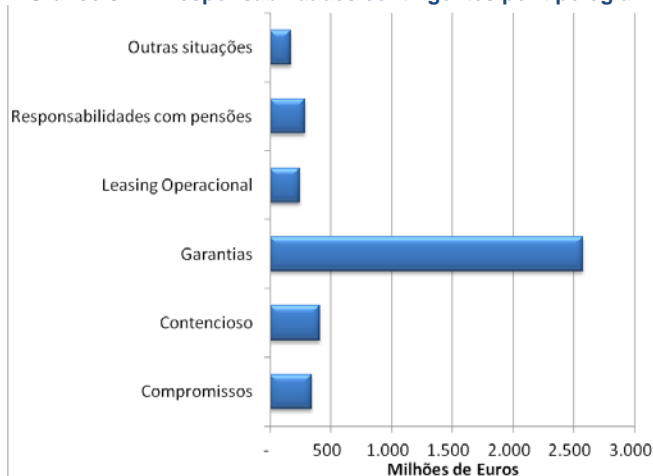
### 3.4. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de junho, 598 situações com responsabilidades contingentes associadas num total de 4.017,1 M€, representando um decréscimo de cerca 3,7% face ao número de operações reportado em março p.p.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 3.293,2 M€ (cerca de 82,0% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 51,0%), a TAP (com 12,4%), a Parque Escolar (com 10,1%) e o ML (com 8,6%).

**Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia**



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, contencioso e compromissos correspondendo, respetivamente, a 2.572,5 M€ (64,0%), 405,9 M€ (10,1%) e 339,3 M€ (8,5%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 90% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 79,0% do seu montante está concentrado no sector dos serviços de utilidade pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

**Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector**

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	8	10.592	7	7.748	1	2.844	0	0
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	54	9.104	2	1.211	50	7.860	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	5	7.807	3	3.309	1	1.957	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	14	2.342	10	2.030	2	0	2	311
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	7	154.113	4	152.132	1	50	2	1.931
1.3.5. Outras Infraestruturas	40	425.077	1	2.498	34	79.153	2	172
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	33	37.125	4	33	27	37.080	2	12
1.5. Saúde	234	68.880	1	22	192	51.422	26	688
1.6. Serviços de Utilidade Pública	28	2.061.562	7	2.032.056	11	0	1	10.892
1.7. Transportes	112	1.007.452	58	262.069	48	219.354	1	229.240
1.8. Parpública	14	121.882	1	1.942	5	6.182	4	232
1.9. Outros Sectores	49	111.212	25	107.486	13	2.946	6	72
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>4.017.149</b>	<b>123</b>	<b>2.572.538</b>	<b>372</b>	<b>405.901</b>	<b>40</b>	<b>243.478</b>

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “Contencioso”, são a TAP<sup>5</sup>, a Parque Expo e a Parque Escolar, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

No que respeita aos Compromissos, a Parque Escolar representa 99% do valor total reportado, com 337,7 M€.

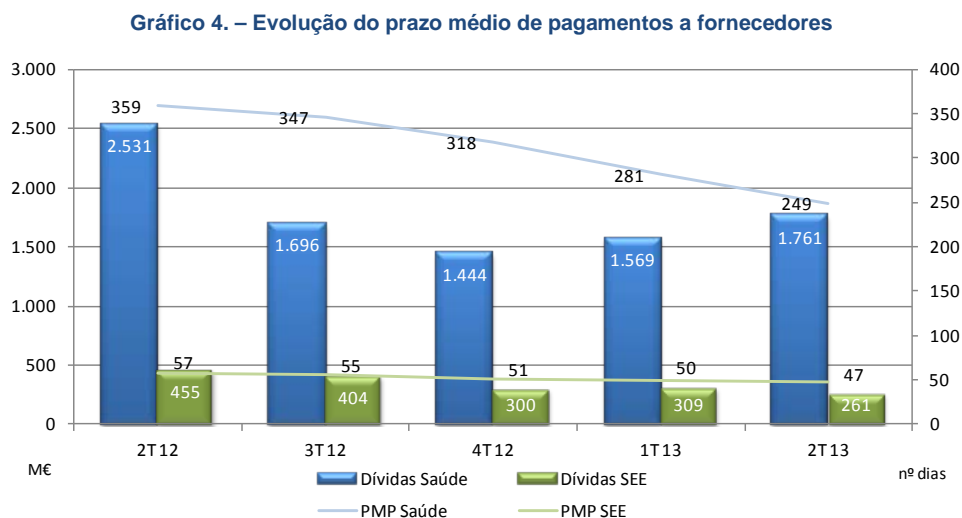
As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

O *Leasing Operacional* encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

<sup>5</sup> Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

#### 4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:



Fonte: ACSS para os dados da Saúde e os restantes são submetidos pelas empresas.

Decorrente da especificidade do sector da Saúde, este é destacado dos restantes sectores, sendo de salientar a tendência de redução do PMP, ao longo do último ano, com o PMP a atingir 249 dias, no final do 2.º trimestre de 2013, menos 110 dias que em igual período do ano passado.

As restantes empresas, na sua globalidade apresentam uma ligeira tendência de redução ao longo do último ano, atingindo no final do 2.º trimestre de 2013 uma média ponderada de 47 dias.

De destacar pela positiva a redução do PMP no ML, para 37 dias (-128 dias que em igual período do ano anterior), a APL para 67 dias (-91 dias) e a REFER para 38 dias (-41 dias). Pela negativa, verifica-se na CP um aumento de 63 dias, para um total de 161 dias decorrente das dívidas à REFER referente à taxa de utilização de infraestruturas, e 35 dias na Parque Expo, para 128 dias, resultante do processo de encerramento.

## 5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>6</sup> (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou<sup>7</sup> que entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como às demais empresas públicas, devem fornecer à Direção Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas no sector público administrativo<sup>8</sup>, determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera<sup>9</sup> “*Pagamentos em atraso*» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”.

No período em análise, apesar de globalmente<sup>10</sup> ter ocorrido, face ao 2.º trimestre de 2012, uma redução de 9,0 M€ no volume dos pagamentos em atraso (“*arrears*”), de 83,0 M€ para 74,0 M€ verificou-se que no subgrupo das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) este apresentou uma evolução desfavorável, influenciado essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 26,8 M€ no 2.º trimestre de 2012 para 50,9 M€ no 2.º trimestre de 2013, dos quais cerca de 49,1 M€ correspondem a dívida à REFER. Contudo, apesar da redução apresentada, verifica-se que entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o Sector da Saúde) o peso dos pagamentos em atraso quando comparado com o montante das aquisições<sup>11</sup> aumentou de 12,2% para 13,2%.

No que importa às EPR, estas estão sujeitas ao cumprimento da LCPA, a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades

<sup>6</sup> Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.

<sup>7</sup> Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

<sup>8</sup> Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

<sup>9</sup> Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.

<sup>10</sup> Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

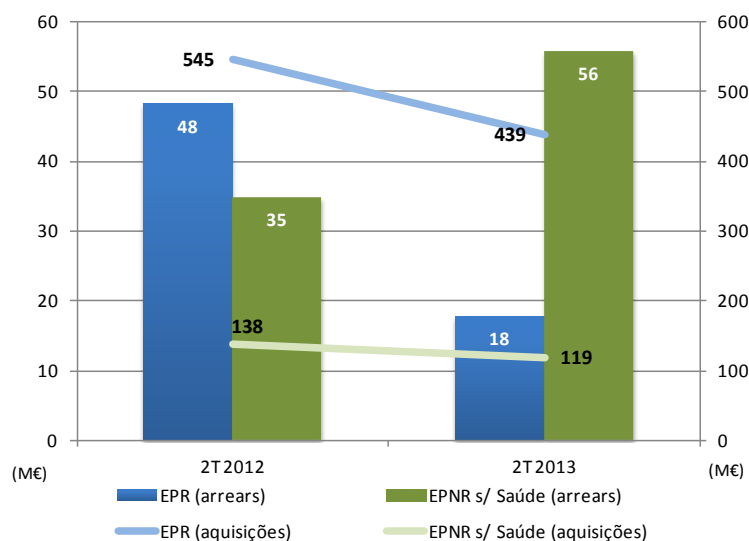
<sup>11</sup> Valor médio dos últimos quatro trimestres.

públicas. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais do PAEF, sendo a não acumulação<sup>12</sup> de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF.

No período em análise, entre as EPR observou-se uma redução de cerca de 30,0 M€ destacando-se o contributo do Metropolitano de Lisboa, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 24,8 M€ para 1,9 M€. Deve ser ressaltado que o montante registado em 2012 resultou, em primeiro lugar, de dificuldades com a aplicação das regras emanadas pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) relativas aos pagamentos em atraso<sup>13</sup> e, em segundo lugar, aos constrangimentos de tesouraria. A conjugação desses efeitos originou um acumular dos pagamentos em atraso, situação essa que começou a ser regularizada através da efetiva implementação das regras que visam a redução dos pagamentos em atraso, bem como através da aprovação do orçamento retificativo, em dezembro de 2012, que permitiu, mediante alteração orçamental, um reforço das verbas destinadas ao pagamento de despesas com a aquisição de bens e serviços.

**Gráfico 5.1. – Evolução Pagamentos em atraso**

(EPR e EPNR sem sector da Saúde)



Fonte: SIRIEF

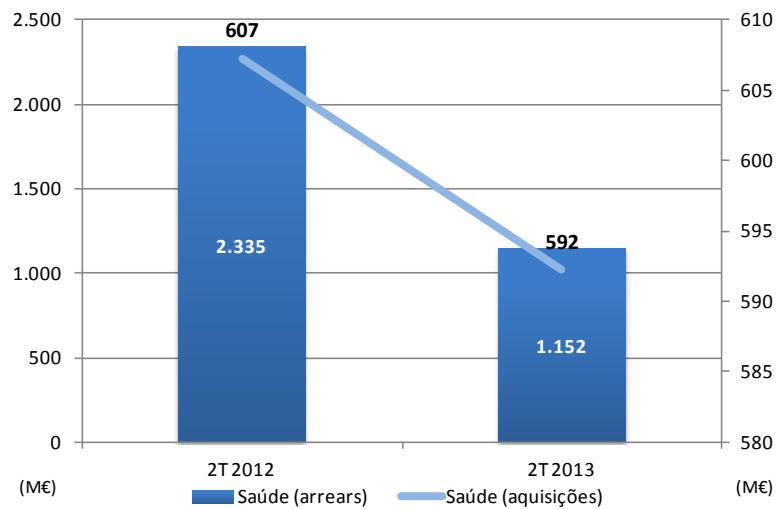
No Sector da Saúde assistiu-se à redução do volume dos pagamentos em atraso em 1.182,7 M€, que passou de 2.334,6 M€ para 1.151,9 M€. Para esta evolução realçam-se os contributos do CH Universitário de Coimbra (-154,7 M€), do CH S. João (-125,1 M€), do CH Lisboa Central

<sup>12</sup> Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.

<sup>13</sup> A Circular n.º 1368, Série A, da DGO, de 9 de setembro de 2011, estabeleceu as instruções relativas aos cabimentos, compromissos e pagamentos em atraso.

(-119,2 M€), do CH Lisboa Norte (-113,3 M€) e do CH Porto (-112,5 M€), essencialmente consequência do programa de regularização de dívidas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que permitiu, a partir do 3.º trimestre de 2012, regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para essa evolução também contribuiu a implementação de políticas de contenção de gastos.

**Gráfico 5.2. – Evolução Pagamentos em atraso**  
(Sector da Saúde)



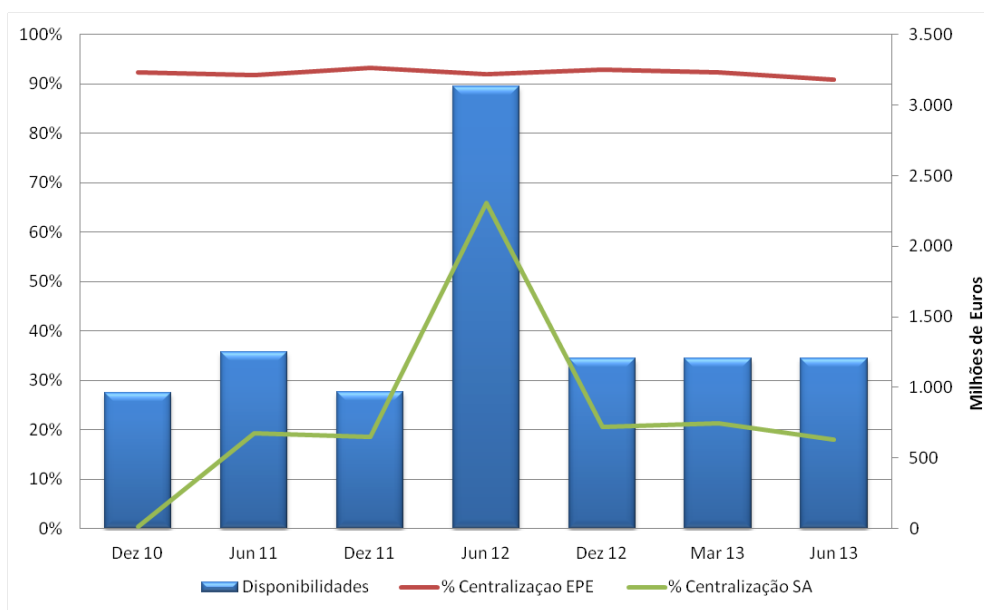
Fonte: ACSS

## 6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF.

Tabela 6.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa



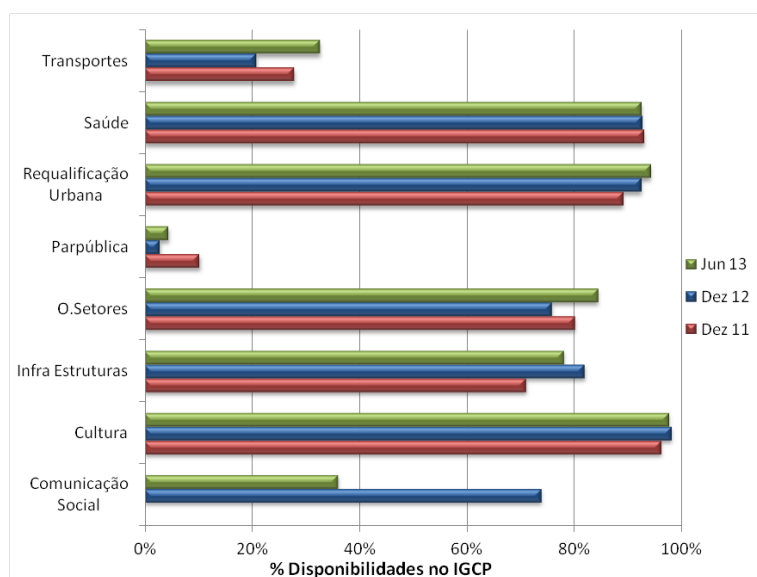
Fonte: SIRIEF

As EPE têm apresentado uma taxa de centralização relativamente estável, na ordem dos 92%. No entanto, no 2.º trimestre de 2013, verificou-se uma quebra na taxa de centralização das disponibilidades para 90,8%, a qual é explicada essencialmente pelo sector dos transportes.

Apesar de no 2.º trimestre de 2013, as SA apresentarem uma taxa de centralização que ronda os 18%, representam somente 34% dos fundos depositados no IGCP.



**Tabela 6.2. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade**

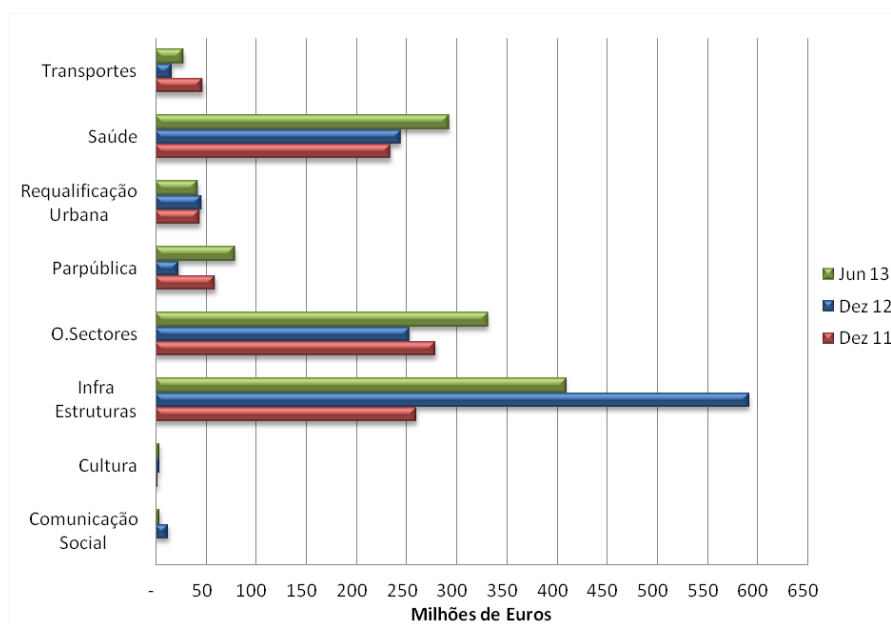


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de cumprimento do princípio da UTE são os da Cultura, Saúde, Requalificação Urbana e Ambiental.

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por sector de atividade, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar, EPE assume um peso significativo

**Tabela 6.3. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade**



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

# ANEXOS

## A – UNIVERSO SEE ANALISADO

### Comunicação Social

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA  
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA<sup>1</sup>

### Cultura

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE  
Teatro Nacional D. Maria II, EPE  
Teatro Nacional S. João, EPE<sup>1</sup>

### Gestão de Infraestruturas

#### Infraestruturas Aéreas

ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA  
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

#### Infraestruturas Ferroviária

REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE<sup>1</sup>

#### Infraestruturas Portuárias

APA - Administração do Porto de Aveiro, SA  
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA  
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA  
APS - Administração do Porto de Sines, SA  
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

#### Infraestruturas Rodoviárias

EP - Estradas de Portugal, SA<sup>1</sup>

#### Outras Infraestruturas

Docapesca - Portos e Lotas, SA  
EDIA - Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA  
Parque Escolar, EPE<sup>1</sup>

### Requalificação Urbana

CostaPolis - Soc.Des.Programa PolisCostaCaparica, SA<sup>1</sup>  
Parque Expo 98, SA  
Polis Litoral Norte, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Ria Aveiro, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Ria Formosa, SA<sup>1</sup>  
Polis Litoral Sudoeste, SA<sup>1</sup>  
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA<sup>1</sup>

### Transportes

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE  
Metro do Mondego, SA  
Metro do Porto, SA<sup>1</sup>  
Metropolitano de Lisboa, EPE<sup>1</sup>  
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA  
Transtejo - Transportes do Tejo, SA<sup>1</sup>

### Parpública

ADP - Águas de Portugal, SA  
Companhia das Lezírias, SA  
CTT - Correios de Portugal, SA  
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA  
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA  
Sagestamo-Soc. Gest. de Participações Sociais Imob.,SGPS, SA  
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA  
TAP, SA

### Saúde

Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE  
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE  
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE  
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE  
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE  
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE  
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE  
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE  
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE  
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE  
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE  
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE  
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE  
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE  
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE  
Centro Hospitalar do Porto, EPE  
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE  
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE  
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, EPE  
Centro Hospitalar São João, EPE  
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE  
Hospital de Faro, EPE  
Hospital de Magalhães Lemos, EPE  
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE  
Hospital Distrital de Santarém, EPE  
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE  
Hospital Garcia da Orta, EPE  
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE  
Hospital Santa Maria Maior, EPE  
IPO - Coimbra, EPE  
IPO - Lisboa, EPE  
IPO - Porto, EPE  
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE  
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE  
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE  
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE  
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE  
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE  
Unidade Local de Saude do Nordeste, EPE  
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE

### Outros Sectores

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE  
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA  
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estratég Prod.Petrolíf., EPE  
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA<sup>1</sup>  
Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SPGS, SA  
SIEV - Sistema de Identif. Eletrónica de Veículos, SA<sup>1</sup>

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).

## B - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro B.1 – Rendimentos Operacionais

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>												
Lusa	7.137	9.775	-2.638	-27,0%	0	0	0	-	0	0	0	-
RTP	88.247	93.217	-4.969	-5,3%	21.185	36.922	-15.737	-42,6%	0	0	0	-
<i>subtotal</i>	<i>95.384</i>	<i>102.992</i>	<i>-7.608</i>	<i>-7,4%</i>	<i>21.185</i>	<i>36.922</i>	<i>-15.737</i>	<i>-42,6%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>
<b>Cultura</b>												
<i>subtotal</i>	<i>2.466</i>	<i>2.414</i>	<i>51</i>	<i>2,1%</i>	<i>10.157</i>	<i>9.663</i>	<i>494</i>	<i>5,1%</i>	<i>29</i>	<i>-131</i>	<i>159</i>	<i>121,9%</i>
<b>Infraestruturas</b>												
Adm. Portuárias	70.895	70.341	554	0,8%	122	63	59	92,8%	37	98	-60	-61,9%
EDIA	8.350	6.521	1.829	28,0%	315	8	307	3678,5%	9.248	24.659	-15.411	-62,5%
Estradas de Portugal	688.895	883.189	-194.294	-22,0%	0	5	-5	-100,0%	0	0	0	-
Parque Escolar	27.365	30.723	-3.358	-10,9%	0	0	0	-	1.521	1.894	-373	-19,7%
REFER	51.934	50.428	1.506	3,0%	21.850	19.800	2.050	10,4%	0	0	0	-
Outros	113.912	100.508	13.404	13,3%	171	0	171	-	234	451	-217	-48,2%
<i>subtotal</i>	<i>961.351</i>	<i>1.141.711</i>	<i>-180.360</i>	<i>-15,8%</i>	<i>22.458</i>	<i>19.876</i>	<i>2.582</i>	<i>13,0%</i>	<i>11.040</i>	<i>27.101</i>	<i>-16.061</i>	<i>-59,3%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>												
Parque Expo	2.090	4.794	-2.704	-56,4%	0	0	0	-	0	0	0	-
Outros	0	0	0	-	0	0	0	-	842	931	-89	-9,6%
<i>subtotal</i>	<i>2.090</i>	<i>4.794</i>	<i>-2.704</i>	<i>-56,4%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>842</i>	<i>931</i>	<i>-89</i>	<i>-9,6%</i>
<b>Transportes</b>												
CP	110.035	116.602	-6.567	-5,6%	16.963	17.449	-486	-2,8%	0	0	0	-
Metropolitano de Lisboa	39.713	38.526	1.188	3,1%	23.782	22.143	1.639	7,4%	45	32	13	41,3%
Metro do Porto	25.879	38.356	-12.478	-32,5%	5.768	5.768	0	0,0%	0	0	0	-
STCP	23.197	26.410	-3.213	-12,2%	5.106	5.384	-279	-5,2%	0	20	-20	-99,8%
Carris	43.688	42.723	966	2,3%	10.204	12.095	-1.890	-15,6%	39	66	-28	-41,8%
Outros	7.391	7.552	-161	-2,1%	3.898	320	3.578	1117,4%	336	318	19	5,8%
<i>subtotal</i>	<i>249.903</i>	<i>270.169</i>	<i>-20.265</i>	<i>-7,5%</i>	<i>65.721</i>	<i>63.159</i>	<i>2.563</i>	<i>4,1%</i>	<i>420</i>	<i>436</i>	<i>-16</i>	<i>-3,7%</i>
<b>Outros</b>												
EGREP	18.024	17.959	65	0,4%	0	0	0	-	0	0	0	-
Outros	35.717	40.399	-4.681	-11,6%	0	0	0	-	425	355	70	19,6%
<i>subtotal</i>	<i>53.742</i>	<i>58.358</i>	<i>-4.616</i>	<i>-7,9%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>425</i>	<i>355</i>	<i>70</i>	<i>19,6%</i>
<b>Empresas Parpública</b>												
Parpública	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-
ADP - Águas de Portugal	5.445	5.100	345	6,8%	0	0	0	-	0	0	0	-
CTT	262.996	271.797	-8.801	-3,2%	0	0	0	-	126	170	-43	-25,6%
Sagestamo	499	534	-35	-6,6%	0	0	0	-	0	0	0	-
TAP SA	1.069.251	1.061.969	7.283	0,7%	1.776	1.956	-180	-9,2%	1.315	-5.617	6.932	123,4%
Outros	39.865	44.774	-4.909	-11,0%	933	962	-29	-3,0%	55	-356	411	115,5%
<i>subtotal</i>	<i>1.378.057</i>	<i>1.384.174</i>	<i>-6.117</i>	<i>-0,4%</i>	<i>2.709</i>	<i>2.918</i>	<i>-209</i>	<i>-7,2%</i>	<i>1.497</i>	<i>-5.803</i>	<i>7.300</i>	<i>125,8%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>2.742.992</b>	<b>2.964.611</b>	<b>-221.619</b>	<b>-7,5%</b>	<b>122.230</b>	<b>132.538</b>	<b>-10.308</b>	<b>-7,8%</b>	<b>14.252</b>	<b>22.889</b>	<b>-8.638</b>	<b>-37,7%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Saúde</b>												
CH de Lisboa Norte	141.276	164.959	-23.684	-14,4%	0	0	0	-	0	0	0	-
CH de Lisboa Ocidental	86.846	97.363	-10.517	-10,8%	62	2	60	2509,0%	0	0	0	-
CH do Porto	104.549	111.830	-7.280	-6,5%	20	34	-14	-40,0%	0	0	0	-
CH e Universitário de Coimbra	171.235	193.247	-22.012	-11,4%	11	14	-3	-20,2%	0	0	0	-
CH São João	128.318	146.754	-18.437	-12,6%	1	30	-29	-96,3%	0	0	0	-
Outros	1.103.107	1.138.823	-35.717	-3,1%	1.376	2.253	-877	-38,9%	0	0	0	-
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>1.735.331</b>	<b>1.852.977</b>	<b>-117.646</b>	<b>-6,3%</b>	<b>2.237</b>	<b>6.862</b>	<b>-4.624</b>	<b>-67,4%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>												
CH Baixo Vouga	30.518	-	-	-	137	-	-	-	0	-	-	-
CH de Lisboa Central	173.215	-	-	-	35	-	-	-	0	-	-	-
CH Tondela-Viseu	41.021	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	26.696	-	-	-	17	-	-	-	0	-	-	-
ULS do Nordeste	37.553	-	-	-	78	-	-	-	0	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.2 – Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>												
Lusa	5.233	4.989	244	4,9%	1.877	2.100	-223	-10,6%	36	39	-3	-6,6%
RTP	42.467	42.022	445	1,1%	17.310	20.844	-3.534	-17,0%	33.667	49.092	-15.425	-31,4%
<i>subtotal</i>	<i>47.701</i>	<i>47.011</i>	<i>690</i>	<i>1,5%</i>	<i>19.187</i>	<i>22.944</i>	<i>-3.757</i>	<i>-16,4%</i>	<i>33.703</i>	<i>49.131</i>	<i>-15.428</i>	<i>-31,4%</i>
<b>Cultura</b>												
<i>subtotal</i>	<i>9.071</i>	<i>7.984</i>	<i>1.087</i>	<i>13,6%</i>	<i>3.712</i>	<i>3.471</i>	<i>242</i>	<i>7,0%</i>	<i>17</i>	<i>16</i>	<i>0</i>	<i>1,5%</i>
<b>Infraestruturas</b>												
Adm. Portuárias	25.046	20.544	4.502	21,9%	11.225	11.524	-299	-2,6%	1.419	1.321	98	7,4%
EDIA	3.001	2.491	510	20,5%	9.685	25.374	-15.689	-61,8%	0	3	-3	-100,0%
Estradas de Portugal	16.987	15.671	1.317	8,4%	103.043	88.040	15.003	17,0%	344.255	471.412	-127.157	-27,0%
Parque Escolar	5.185	4.817	368	7,6%	2.288	3.479	-1.191	-34,2%	0	0	0	-
REFER	47.459	39.014	8.445	21,6%	43.663	38.777	4.885	12,6%	4.376	2.244	2.132	95,0%
Outros	78.323	61.623	16.700	27,1%	16.246	14.955	1.291	8,6%	1.120	1.281	-161	-12,5%
<i>subtotal</i>	<i>176.002</i>	<i>144.160</i>	<i>31.842</i>	<i>22,1%</i>	<i>186.149</i>	<i>182.149</i>	<i>4.000</i>	<i>2,2%</i>	<i>351.170</i>	<i>476.261</i>	<i>-125.091</i>	<i>-26,3%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>												
Parque Expo	3.622	2.964	657	22,2%	1.467	1.649	-183	-11,1%	0	1.472	-1.472	-100,0%
Outros	92	102	-10	-9,9%	1.587	1.602	-15	-0,9%	0	0	0	-
<i>subtotal</i>	<i>3.713</i>	<i>3.066</i>	<i>647</i>	<i>21,1%</i>	<i>3.054</i>	<i>3.251</i>	<i>-197</i>	<i>-6,1%</i>	<i>0</i>	<i>1.472</i>	<i>-1.472</i>	<i>-100,0%</i>
<b>Transportes</b>												
CP	52.829	41.765	11.063	26,5%	81.199	84.042	-2.843	-3,4%	4.302	4.858	-556	-11,5%
Metropolitano de Lisboa	35.212	35.271	-59	-0,2%	14.755	12.042	2.714	22,5%	973	1.094	-122	-11,1%
Metro do Porto	2.179	2.292	-113	-4,9%	27.843	42.951	-15.107	-35,2%	0	0	0	-
STCP	16.928	16.430	498	3,0%	12.535	16.303	-3.768	-23,1%	601	686	-85	-12,4%
Carris	32.829	34.604	-1.775	-5,1%	9.243	10.498	-1.255	-12,0%	9.502	10.581	-1.079	-10,2%
Outros	6.568	6.384	184	2,9%	4.456	4.535	-79	-1,7%	4.464	5.041	-577	-11,4%
<i>subtotal</i>	<i>146.545</i>	<i>136.747</i>	<i>9.798</i>	<i>7,2%</i>	<i>150.032</i>	<i>170.371</i>	<i>-20.339</i>	<i>-11,9%</i>	<i>19.841</i>	<i>22.260</i>	<i>-2.419</i>	<i>-10,9%</i>
<b>Outros</b>												
EGREP	190	105	85	81,1%	10.755	10.621	134	1,3%	0	0	0	-
Outros	18.175	16.165	2.010	12,4%	26.081	26.323	-241	-0,9%	679	607	72	11,9%
<i>subtotal</i>	<i>18.366</i>	<i>16.270</i>	<i>2.095</i>	<i>12,9%</i>	<i>36.837</i>	<i>36.944</i>	<i>-107</i>	<i>-0,3%</i>	<i>679</i>	<i>607</i>	<i>72</i>	<i>11,9%</i>
<b>Empresas Parpública</b>												
Parpública	961	861	100	11,6%	1.215	890	325	36,5%	0	0	0	-
ADP - Águas de Portugal	2.332	2.020	312	15,4%	2.241	2.910	-669	-23,0%	0	0	0	-
CTT	152.818	147.043	5.775	3,9%	75.780	83.793	-8.013	-9,6%	6.517	7.975	-1.457	-18,3%
Sagestamo	512	470	42	9,0%	344	396	-51	-13,0%	0	0	0	-
TAP SA	235.950	203.828	32.122	15,8%	834.802	866.031	-31.229	-3,6%	45.572	39.205	6.367	16,2%
Outros	12.471	12.148	323	2,7%	8.092	8.151	-59	-0,7%	10.149	12.326	-2.177	-17,7%
<i>subtotal</i>	<i>405.044</i>	<i>366.369</i>	<i>38.674</i>	<i>10,6%</i>	<i>922.475</i>	<i>962.171</i>	<i>-39.696</i>	<i>-4,1%</i>	<i>62.237</i>	<i>59.505</i>	<i>2.732</i>	<i>4,6%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>806.441</b>	<b>721.608</b>	<b>84.833</b>	<b>11,8%</b>	<b>1.321.445</b>	<b>1.381.301</b>	<b>-59.855</b>	<b>-4,3%</b>	<b>467.648</b>	<b>609.253</b>	<b>-141.605</b>	<b>-23,2%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Saúde</b>												
CH de Lisboa Norte	91.300	89.261	2.039	2,3%	29.392	29.349	43	0,1%	91.561	94.210	-2.649	-2,8%
CH de Lisboa Ocidental	49.569	44.996	4.573	10,2%	13.633	14.870	-1.237	-8,3%	40.960	42.190	-1.229	-2,9%
CH do Porto	59.051	55.483	3.568	6,4%	11.807	10.565	1.242	11,8%	57.459	54.842	2.617	4,8%
CH e Universitário de Coimbra	114.972	104.630	10.342	9,9%	20.248	17.795	2.453	13,8%	71.760	73.783	-2.023	-2,7%
CH São João	75.657	69.820	5.837	8,4%	16.913	16.535	377	2,3%	63.307	68.052	-4.746	-7,0%
Outros	655.575	596.714	58.861	9,9%	215.883	228.240	-12.357	-5,4%	325.409	337.849	-12.441	-3,7%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>1.046.124</b>	<b>960.905</b>	<b>85.219</b>	<b>8,9%</b>	<b>307.877</b>	<b>317.355</b>	<b>-9.478</b>	<b>-3,0%</b>	<b>650.456</b>	<b>670.926</b>	<b>-20.470</b>	<b>-3,1%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>												
CH Baixo Vouga	21.662	-	-	-	5.424	-	-	-	9.813	-	-	-
CH de Lisboa Central	100.607	-	-	-	25.257	-	-	-	76.866	-	-	-
CH Tondela-Viseu	30.938	-	-	-	7.946	-	-	-	14.009	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	10.661	-	-	-	6.093	-	-	-	3.395	-	-	-
ULS do Nordeste	26.935	-	-	-	12.431	-	-	-	5.738	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.3.1 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA

	Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>							
Lusa	47	2.646	-2.599	-98,2%	0,7%	27,1%	-26,4
RTP	15.039	17.414	-2.375	-13,6%	17,0%	18,7%	-1,6
<i>subtotal</i>	<i>15.086</i>	<i>20.060</i>	<i>-4.974</i>	<i>-24,8%</i>	<i>15,8%</i>	<i>19,5%</i>	<i>-3,7</i>
<b>Cultura</b>							
<i>subtotal</i>	<i>-311</i>	<i>331</i>	<i>-642</i>	<i>-194,1%</i>	<i>-12,6%</i>	<i>13,7%</i>	<i>-26,3</i>
<b>Infraestruturas</b>							
Adm. Portuárias	54.215	54.695	-480	-0,9%	76,5%	77,8%	-1,3
EDIA	5.234	3.957	1.277	32,3%	62,7%	60,7%	2,0
Estradas de Portugal	242.787	330.462	-87.675	-26,5%	35,2%	37,4%	-2,2
Parque Escolar	37.754	41.990	-4.236	-10,1%	138,0%	136,7%	1,3
REFER	-16.553	-6.058	-10.494	-173,2%	-31,9%	-12,0%	-19,9
Outros	15.018	19.015	-3.998	-21,0%	13,2%	18,9%	-5,7
<i>subtotal</i>	<i>338.455</i>	<i>444.060</i>	<i>-105.605</i>	<i>-23,8%</i>	<i>35,2%</i>	<i>38,9%</i>	<i>-3,7</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>							
Parque Expo	-4.024	-1.814	-2.210	-121,8%	-192,6%	-37,8%	-154,7
Outros	-192	-130	-62	-47,8%	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>-4.216</i>	<i>-1.944</i>	<i>-2.272</i>	<i>-116,9%</i>	<i>-201,7%</i>	<i>-40,6%</i>	<i>-161,2</i>
<b>Transportes</b>							
CP	40.178	19.322	20.856	107,9%	36,5%	16,6%	19,9
Metropolitano de Lisboa	11.146	23.666	-12.520	-52,9%	28,1%	61,4%	-33,4
Metro do Porto	7.962	-114.975	122.937	106,9%	30,8%	-299,8%	330,5
STCP	-1.044	-1.425	381	26,7%	-4,5%	-5,4%	0,9
Carris	3.221	767	2.454	319,9%	7,4%	1,8%	5,6
Outros	-3.682	-7.349	3.667	49,9%	-49,8%	-97,3%	47,5
<i>subtotal</i>	<i>57.781</i>	<i>-79.994</i>	<i>137.775</i>	<i>172,2%</i>	<i>23,1%</i>	<i>-29,6%</i>	<i>52,7</i>
<b>Outros</b>							
EGREP	6.529	7.395	-867	-11,7%	36,2%	41,2%	-5,0
Outros	-5.220	1.256	-6.476	-515,5%	-14,6%	3,1%	-17,7
<i>subtotal</i>	<i>1.309</i>	<i>8.651</i>	<i>-7.342</i>	<i>-84,9%</i>	<i>2,4%</i>	<i>14,8%</i>	<i>-12,4</i>
<b>Empresas Parpública</b>							
Parpública	-34.404	612.708	-647.111	-105,6%	-	-	-
ADP - Águas de Portugal	1.144	706	438	62,1%	21,0%	13,8%	7,2
CTT	50.033	51.766	-1.732	-3,3%	19,0%	19,0%	0,0
Sagestamo	-373	-324	-49	-15,1%	-74,8%	-60,7%	-14,1
TAP SA	-45.312	-40.865	-4.447	-10,9%	-4,2%	-3,8%	-0,4
Outros	17.108	15.937	1.171	7,3%	42,9%	35,6%	7,3
<i>subtotal</i>	<i>-11.803</i>	<i>639.927</i>	<i>-651.730</i>	<i>-101,8%</i>	<i>-0,9%</i>	<i>46,2%</i>	<i>-47,1</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>396.301</b>	<b>1.031.091</b>	<b>-634.790</b>	<b>-61,6%</b>	<b>14,4%</b>	<b>34,8%</b>	<b>-20,3</b>
<b>Saúde</b>							
CH de Lisboa Norte	-59.386	-29.928	-29.459	-98,4%	-42,0%	-18,1%	-23,9
CH de Lisboa Ocidental	-10.046	734	-10.780	-1468,6%	-11,6%	0,8%	-12,3
CH do Porto	-13.833	-3.139	-10.694	-340,7%	-13,2%	-2,8%	-10,4
CH e Universitário de Coimbra	-27.791	4.619	-32.411	-701,6%	-16,2%	2,4%	-18,6
CH São João	-15.139	5.535	-20.674	-373,5%	-11,8%	3,8%	-15,6
Outros	-55.196	7.324	-62.521	-853,6%	-5,0%	0,6%	-5,6
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-181.391</b>	<b>-14.853</b>	<b>-166.538</b>	<b>-1121,2%</b>	<b>-10,5%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-9,7</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>							
CH Baixo Vouga	-5.350	-	-	-	-17,5%	-	-
CH de Lisboa Central	-19.800	-	-	-	-11,4%	-	-
CH Tondela-Viseu	-9.385	-	-	-	-22,9%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	6.618	-	-	-	24,8%	-	-
ULS do Nordeste	-7.391	-	-	-	-19,7%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas



Quadro B.3.2 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA sem justo valor

	Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
	1.º Trim 2013	1.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>							
Lusa	47	2.646	-2.599	-98,2%	0,7%	27,1%	-26,4
RTP	15.039	17.414	-2.375	-13,6%	17,0%	18,7%	-1,6
<i>subtotal</i>	<i>15.086</i>	<i>20.060</i>	<i>-4.974</i>	<i>-24,8%</i>	<i>15,8%</i>	<i>19,5%</i>	<i>-3,7</i>
<b>Cultura</b>							
<i>subtotal</i>	<i>-311</i>	<i>331</i>	<i>-642</i>	<i>-194,1%</i>	<i>-12,6%</i>	<i>13,7%</i>	<i>-26,3</i>
<b>Infraestruturas</b>							
Adm. Portuárias	54.215	54.695	-480	-0,9%	76,5%	77,8%	-1,3
EDIA	5.234	3.957	1.277	32,3%	62,7%	60,7%	2,0
Estradas de Portugal	242.787	330.462	-87.675	-26,5%	35,2%	37,4%	-2,2
Parque Escolar	37.754	41.990	-4.236	-10,1%	138,0%	136,7%	1,3
REFER	-16.553	-6.058	-10.494	-173,2%	-31,9%	-12,0%	-19,9
Outros	15.018	19.015	-3.998	-21,0%	13,2%	18,9%	-5,7
<i>subtotal</i>	<i>338.455</i>	<i>444.060</i>	<i>-105.605</i>	<i>-23,8%</i>	<i>35,2%</i>	<i>38,9%</i>	<i>-3,7</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>							
Parque Expo	-4.024	-1.814	-2.210	-121,8%	-192,6%	-37,8%	-154,7
Outros	-192	-130	-62	-47,8%	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>-4.216</i>	<i>-1.944</i>	<i>-2.272</i>	<i>-116,9%</i>	<i>-201,7%</i>	<i>-40,6%</i>	<i>-161,2</i>
<b>Transportes</b>							
CP	-18.371	11.119	-29.490	-265,2%	-16,7%	9,5%	-26,2
Metropolitano de Lisboa	13.174	15.420	-2.246	-14,6%	33,2%	40,0%	-6,9
Metro do Porto	-10.415	-20.426	10.011	49,0%	-40,2%	-53,3%	13,0
STCP	-1.044	-1.425	381	26,7%	-4,5%	-5,4%	0,9
Carris	3.221	767	2.454	319,9%	7,4%	1,8%	5,6
Outros	-3.682	-7.349	3.667	49,9%	-49,8%	-97,3%	47,5
<i>subtotal</i>	<i>-17.118</i>	<i>-1.894</i>	<i>-15.224</i>	<i>-803,6%</i>	<i>-6,8%</i>	<i>-0,7%</i>	<i>-6,1</i>
<b>Outros</b>							
EGREP	6.529	7.395	-867	-11,7%	36,2%	41,2%	-5,0
Outros	-5.220	1.256	-6.476	-515,5%	-14,6%	3,1%	-17,7
<i>subtotal</i>	<i>1.309</i>	<i>8.651</i>	<i>-7.342</i>	<i>-84,9%</i>	<i>2,4%</i>	<i>14,8%</i>	<i>-12,4</i>
<b>Empresas Parpública</b>							
Parpública	5.905	767.612	-761.707	-99,2%	-	-	-
ADP - Águas de Portugal	1.144	706	438	62,1%	21,0%	13,8%	7,2
CTT	50.033	51.766	-1.732	-3,3%	19,0%	19,0%	0,0
Sagestamo	-373	-324	-49	-15,1%	-74,8%	-60,7%	-14,1
TAP SA	-45.312	-40.865	-4.447	-10,9%	-4,2%	-3,8%	-0,4
Outros	16.250	15.488	762	4,9%	40,8%	34,6%	6,2
<i>subtotal</i>	<i>27.648</i>	<i>794.382</i>	<i>-766.734</i>	<i>-96,5%</i>	<i>2,0%</i>	<i>57,4%</i>	<i>-55,4</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde e empr. Parpública)</b>	<b>360.853</b>	<b>1.263.316</b>	<b>-902.463</b>	<b>-71,4%</b>	<b>13,2%</b>	<b>42,6%</b>	<b>-29,5</b>
<b>Saúde</b>							
CH de Lisboa Norte	-59.386	-29.928	-29.459	-98,4%	-42,0%	-18,1%	-23,9
CH de Lisboa Ocidental	-10.046	734	-10.780	-1468,6%	-11,6%	0,8%	-12,3
CH do Porto	-13.833	-3.139	-10.694	-340,7%	-13,2%	-2,8%	-10,4
CH e Universitário de Coimbra	-27.791	4.619	-32.411	-701,6%	-16,2%	2,4%	-18,6
CH São João	-15.139	5.535	-20.674	-373,5%	-11,8%	3,8%	-15,6
Outros	-55.196	7.324	-62.521	-853,6%	-5,0%	0,6%	-5,6
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-181.391</b>	<b>-14.853</b>	<b>-166.538</b>	<b>-1121,2%</b>	<b>-10,5%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>-9,7</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>							
CH Baixo Vouga	-5.350	-	-	-	-17,5%	-	-
CH de Lisboa Central	-19.800	-	-	-	-11,4%	-	-
CH Tondela-Visou	-9.385	-	-	-	-22,9%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	6.618	-	-	-	24,8%	-	-
ULS do Nordeste	-7.391	-	-	-	-19,7%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.4 – Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2013	1.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa	-163	2.437	-2.599	-106,7%
RTP	12.409	14.116	-1.707	-12,1%
<i>subtotal</i>	12.246	16.553	-4.306	-26,0%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	-615	-10	-605	-6213,9%
<b>Infraestruturas</b>				
Adm. Portuárias	24.358	27.146	-2.788	-10,3%
EDIA	-7.894	-8.357	463	5,5%
Estradas de Portugal	139.276	227.194	-87.918	-38,7%
Parque Escolar	11.533	14.581	-3.048	-20,9%
REFER	-17.857	-7.564	-10.293	-136,1%
Outros	6.302	10.637	-4.334	-40,7%
<i>subtotal</i>	155.719	263.637	-107.918	-40,9%
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>				
Parque Expo	-4.035	-3.912	-123	-3,1%
Outros	-212	-164	-47	-28,8%
<i>subtotal</i>	-4.247	-4.077	-170	-4,2%
<b>Transportes</b>				
CP	5.305	-20.266	25.572	126,2%
Metropolitano de Lisboa	-2.447	10.185	-12.632	-124,0%
Metro do Porto	-21.563	-143.642	122.078	85,0%
STCP	-3.945	-4.375	429	9,8%
Carris	-6.017	-8.468	2.451	28,9%
Outros	-5.410	-9.583	4.173	43,5%
<i>subtotal</i>	-34.078	-176.149	142.071	80,7%
<b>Outros</b>				
EGREP	6.528	7.391	-863	-11,7%
Outros	-6.904	-424	-6.481	-1529,3%
<i>subtotal</i>	-376	6.968	-7.344	-105,4%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública	-34.426	612.670	-647.095	-105,6%
ADP - Águas de Portugal	1.144	-664	1.808	272,2%
CTT	39.972	42.371	-2.399	-5,7%
Sagestamo	-413	-363	-50	-13,7%
TAP SA	-95.962	-92.518	-3.445	-3,7%
Outros	13.921	12.509	1.412	11,3%
<i>subtotal</i>	-75.764	574.005	-649.769	-113,2%
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>52.886</b>	<b>680.927</b>	<b>-628.040</b>	<b>-92,2%</b>
<b>Saúde</b>				
CH de Lisboa Norte	-65.646	-36.513	-29.133	-79,8%
CH de Lisboa Ocidental	-14.055	-3.858	-10.197	-264,3%
CH do Porto	-16.670	-6.503	-10.167	-156,3%
CH e Universitário de Coimbra	-32.650	-876	-31.774	-3625,7%
CH São João	-20.380	-768	-19.612	-2554,6%
Outros	-99.794	-39.499	-60.296	-152,7%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-249.195</b>	<b>-88.017</b>	<b>-161.178</b>	<b>-183,1%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>				
CH Baixo Vouga	-6.826	-	-	-
CH de Lisboa Central	-26.534	-	-	-
CH Tondela-Viseu	-10.834	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	6.485	-	-	-
ULS do Nordeste	-8.657	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.5 – Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa	-11	-66	55	83,8%
RTP	-2.085	-8.768	6.683	76,2%
<i>subtotal</i>	<i>-2.096</i>	<i>-8.834</i>	<i>6.738</i>	<i>76,3%</i>
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	<i>-9</i>	<i>1</i>	<i>-10</i>	<i>-802,9%</i>
<b>Infraestruturas</b>				
Adm. Portuárias	-2.456	-2.778	321	11,6%
EDIA	-2.821	-4.510	1.689	37,5%
Estradas de Portugal	-158.225	-166.662	8.437	5,1%
Parque Escolar	-14.124	-18.236	4.113	22,6%
REFER	-22.941	-35.616	12.675	35,6%
Outros	-1.687	-1.926	239	12,4%
<i>subtotal</i>	<i>-202.254</i>	<i>-229.727</i>	<i>27.473</i>	<i>12,0%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>				
Parque Expo	-5.104	-5.756	651	11,3%
Outros	151	109	42	38,4%
<i>subtotal</i>	<i>-4.953</i>	<i>-5.647</i>	<i>694</i>	<i>12,3%</i>
<b>Transportes</b>				
CP	-118.488	-105.069	-13.419	-12,8%
Metropolitano de Lisboa	-16.726	-68.847	52.121	75,7%
Metro do Porto	29.688	-103.851	133.538	128,6%
STCP	5.048	-31.961	37.009	115,8%
Carris	-24.678	-19.600	-5.078	-25,9%
Outros	-3.488	-4.814	1.326	27,5%
<i>subtotal</i>	<i>-128.645</i>	<i>-334.142</i>	<i>205.497</i>	<i>61,5%</i>
<b>Outros</b>				
EGREP	-124.250	-7.567	-116.683	-1542,1%
Outros	199	386	-187	-48,5%
<i>subtotal</i>	<i>-124.051</i>	<i>-7.181</i>	<i>-116.871</i>	<i>-1627,6%</i>
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública	-121.818	-117.668	-4.150	-3,5%
ADP - Águas de Portugal	61.947	36.428	25.519	70,1%
CTT	293	7.705	-7.412	-96,2%
Sagestamo	1.438	737	701	95,0%
TAP SA	-15.151	-18.294	3.143	17,2%
Outros	-43	-167	124	74,0%
<i>subtotal</i>	<i>-73.335</i>	<i>-91.260</i>	<i>17.925</i>	<i>19,6%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>-535.343</b>	<b>-676.789</b>	<b>141.446</b>	<b>20,9%</b>
<b>Saúde</b>				
CH de Lisboa Norte	388	556	-168	-30,2%
CH de Lisboa Ocidental	255	90	165	184,4%
CH do Porto	-6	4	-10	-237,7%
CH e Universitário de Coimbra	-170	136	-306	-224,6%
CH São João	277	2	275	14336,9%
Outros	-1.542	-1.913	371	19,4%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-797</b>	<b>-1.124</b>	<b>328</b>	<b>29,2%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>				
CH Baixo Vouga	-151	-	-	-
CH de Lisboa Central	-903	-	-	-
CH Tondela-Viseu	266	-	-	-
ULS do Nordeste	-199	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	20	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.6 – Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa	-187	1.714	-1.901	-110,9%
RTP	10.324	5.348	4.976	93,1%
<i>subtotal</i>	<i>10.137</i>	<i>7.061</i>	<i>3.076</i>	<i>43,6%</i>
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	<i>-624</i>	<i>-8</i>	<i>-615</i>	<i>-7264,5%</i>
<b>Infraestruturas</b>				
Adm. Portuárias	16.240	19.669	-3.429	-17,4%
EDIA	-10.715	-13.479	2.765	20,5%
Estradas de Portugal	-18.948	42.535	-61.484	-144,5%
Parque Escolar	-2.590	-3.655	1.065	29,1%
REFER	-17.417	-43.180	25.763	59,7%
Outros	3.723	8.378	-4.656	-55,6%
<i>subtotal</i>	<i>-29.708</i>	<i>10.268</i>	<i>-39.976</i>	<i>-389,3%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>				
Parque Expo	-9.140	-9.668	529	5,5%
Outros	-60	-55	-5	-9,6%
<i>subtotal</i>	<i>-9.200</i>	<i>-9.723</i>	<i>523</i>	<i>5,4%</i>
<b>Transportes</b>				
CP	-113.183	-125.335	12.153	9,7%
Metropolitano de Lisboa	-19.173	-58.662	39.489	67,3%
Metro do Porto	8.124	-247.493	255.617	103,3%
STCP	1.076	-36.364	37.440	103,0%
Carris	-30.695	-28.068	-2.628	-9,4%
Outros	-8.896	-14.395	5.498	38,2%
<i>subtotal</i>	<i>-162.748</i>	<i>-510.317</i>	<i>347.569</i>	<i>68,1%</i>
<b>Outros</b>				
EGREP	-117.722	-175	-117.547	-67102,5%
Outros	-7.024	-206	-6.818	-3314,8%
<i>subtotal</i>	<i>-124.745</i>	<i>-381</i>	<i>-124.364</i>	<i>-32654,0%</i>
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública	-156.254	494.993	-651.247	-131,6%
ADP - Águas de Portugal	57.801	35.749	22.052	61,7%
CTT	29.206	37.334	-8.127	-21,8%
Sagestamo	718	262	455	173,8%
TAP SA	-110.937	-112.014	1.077	1,0%
Outros	9.786	7.581	2.205	29,1%
<i>subtotal</i>	<i>-169.681</i>	<i>463.905</i>	<i>-633.585</i>	<i>-136,6%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>-486.568</b>	<b>-39.195</b>	<b>-447.373</b>	<b>-1141,4%</b>
<b>Saúde</b>				
CH de Lisboa Norte	-67.571	-38.307	-29.264	-76,4%
CH de Lisboa Ocidental	-12.981	-2.515	-10.466	-416,2%
CH do Porto	-16.872	-6.788	-10.084	-148,6%
CH e Universitário de Coimbra	-34.390	-1.037	-33.354	-3217,7%
CH São João	-19.533	-1.037	-18.495	-1783,3%
Outros	-93.314	-29.199	-64.114	-219,6%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-244.660</b>	<b>-78.882</b>	<b>-165.777</b>	<b>-210,2%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>				
CH Baixo Vouga	-6.902	-	-	-
CH de Lisboa Central	-25.584	-	-	-
CH Tondela-Viseu	-8.876	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	6.579	-	-	-
ULS do Nordeste	-6.988	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

## C - ANÁLISE PATRIMONIAL

### Quadro C.1 – Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

	Ativo			Passivo		
	2.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	2.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12
<b>Comunicação Social</b>						
Lusa	13.265	14.267	-1.002	6.611	7.426	-815
RTP	345.171	361.609	-16.439	418.204	444.945	-26.741
<i>subtotal</i>	<i>358.436</i>	<i>375.876</i>	<i>-17.440</i>	<i>424.816</i>	<i>452.371</i>	<i>-27.555</i>
<b>Cultura</b>						
<i>subtotal</i>	<i>8.843</i>	<i>8.811</i>	<i>32</i>	<i>9.189</i>	<i>8.510</i>	<i>680</i>
<b>Infraestruturas</b>						
Adm. Portuárias	1.819.730	1.803.093	16.637	586.845	580.366	6.479
EDIA	643.835	988.369	-344.534	1.116.989	1.450.730	-333.742
Estradas de Portugal	19.725.734	19.015.533	710.201	18.795.499	18.066.350	729.149
Parque Escolar	2.395.154	2.376.540	18.614	1.555.144	1.543.434	11.710
REFER	5.260.752	5.266.452	-5.700	7.162.427	7.150.710	11.717
Outros	557.815	561.072	-3.257	459.244	465.466	-6.222
<i>subtotal</i>	<i>30.403.020</i>	<i>30.011.059</i>	<i>391.961</i>	<i>29.676.148</i>	<i>29.257.056</i>	<i>419.092</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>						
Parque Expo	156.048	174.150	-18.102	250.009	259.269	-9.260
Outros	351.425	343.868	7.557	92.487	90.729	1.758
<i>subtotal</i>	<i>507.473</i>	<i>518.018</i>	<i>-10.545</i>	<i>342.496</i>	<i>349.999</i>	<i>-7.503</i>
<b>Transportes</b>						
CP	1.047.870	1.058.957	-11.087	4.161.843	4.055.011	106.832
Metropolitano de Lisboa	4.624.761	4.918.075	-293.314	5.560.795	5.826.759	-265.964
Metro do Porto	2.281.962	2.340.731	-58.769	4.018.463	4.079.290	-60.827
STCP	98.499	93.958	4.541	505.116	501.598	3.518
Carris	125.745	132.002	-6.257	1.022.357	997.893	24.464
Outros	107.424	116.164	-8.740	243.017	243.778	-761
<i>subtotal</i>	<i>8.286.261</i>	<i>8.659.887</i>	<i>-373.626</i>	<i>15.511.591</i>	<i>15.704.328</i>	<i>-192.737</i>
<b>Outros</b>						
EGREP	389.379	390.912	-1.532	485.429	369.989	115.440
Outros	722.351	677.562	44.790	360.020	308.136	51.885
<i>subtotal</i>	<i>1.111.730</i>	<i>1.068.473</i>	<i>43.257</i>	<i>845.450</i>	<i>678.125</i>	<i>167.325</i>
<b>Empresas Parpública</b>						
Parpública	8.608.716	8.347.403	261.313	6.304.073	5.836.506	467.566
ADP - Águas de Portugal	1.218.552	1.220.668	-2.116	639.183	681.166	-41.983
CTT	1.183.256	1.039.155	144.100	932.952	767.009	165.943
Sagestamo	1.371.969	1.427.083	-55.114	436.270	492.101	-55.831
TAP SA	1.866.983	1.725.154	141.829	1.906.380	1.649.096	257.285
Outros	399.052	403.829	-4.777	86.747	88.740	-1.993
<i>subtotal</i>	<i>14.648.528</i>	<i>14.163.292</i>	<i>485.235</i>	<i>10.305.606</i>	<i>9.514.619</i>	<i>790.987</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>55.324.291</b>	<b>54.805.416</b>	<b>518.875</b>	<b>57.115.296</b>	<b>55.965.007</b>	<b>1.150.288</b>
<b>Saúde</b>						
CH de Lisboa Norte	818.664	673.666	144.998	881.396	669.041	212.354
CH de Lisboa Ocidental	286.823	299.453	-12.630	269.122	264.921	4.201
CH do Porto	252.265	134.680	117.585	257.326	122.869	134.456
CH e Universitário de Coimbra	1.462.020	199.167	1.262.853	1.478.678	181.440	1.297.237
CH São João	378.624	330.256	48.368	271.645	203.745	67.900
Outros	4.334.934	3.323.948	1.010.986	4.015.104	2.891.106	1.123.998
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>7.533.329</b>	<b>4.961.170</b>	<b>2.572.160</b>	<b>7.173.270</b>	<b>4.333.123</b>	<b>2.840.147</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>						
CH Baixo Vouga	167.468	-	-	221.888	-	-
CH de Lisboa Central	245.452	-	-	379.714	-	-
CH Tondela-Viseu	107.904	-	-	42.314	-	-
ULS do Nordeste	205.087	-	-	228.720	-	-
ULS do Litoral Alentejano	36.779	-	-	69.506	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro C.2 – Rácio de Endividamento

Unid: Milhares de euros

	Financiamentos Obtidos			Financiamentos Obtidos / Ativo		
	2.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	2.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>						
Lusa	1.105	1.215	-109	8,3%	8,5%	-0,2
RTP	64.178	64.930	-752	18,6%	18,0%	0,6
<i>subtotal</i>	<i>65.283</i>	<i>66.145</i>	<i>-861</i>	<i>18,2%</i>	<i>17,6%</i>	<i>0,6</i>
<b>Cultura</b>						
<i>subtotal</i>	<i>39</i>	<i>0</i>	<i>39</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,4</i>
<b>Infraestruturas</b>						
Adm. Portuárias	172.285	166.334	5.951	9,5%	9,2%	0,2
EDIA	697.635	691.637	5.999	108,4%	70,0%	38,4
Estradas de Portugal	3.303.248	2.963.705	339.542	16,7%	15,6%	1,2
Parque Escolar	1.140.000	1.140.000	0	47,6%	48,0%	-0,4
REFER	7.007.834	6.962.328	45.506	133,2%	132,2%	1,0
Outros	207.649	212.556	-4.908	37,2%	37,9%	-0,7
<i>subtotal</i>	<i>12.528.650</i>	<i>12.136.560</i>	<i>392.090</i>	<i>41,2%</i>	<i>40,4%</i>	<i>0,8</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>						
Parque Expo	168.248	162.502	5.746	107,8%	93,3%	14,5
Outros	211	211	0	0,1%	0,1%	0,0
<i>subtotal</i>	<i>168.459</i>	<i>162.713</i>	<i>5.746</i>	<i>33,2%</i>	<i>31,4%</i>	<i>1,8</i>
<b>Transportes</b>						
CP	3.725.668	3.637.063	88.605	355,5%	343,5%	12,1
Metropolitano de Lisboa	4.704.448	4.181.108	523.340	101,7%	85,0%	16,7
Metro do Porto	3.111.477	2.723.497	387.980	136,4%	116,4%	20,0
STCP	388.360	370.665	17.696	394,3%	394,5%	-0,2
Carris	758.242	734.585	23.657	603,0%	556,5%	46,5
Outros	164.300	163.930	369	152,9%	141,1%	11,8
<i>subtotal</i>	<i>12.852.495</i>	<i>11.810.848</i>	<i>1.041.647</i>	<i>155,1%</i>	<i>136,4%</i>	<i>18,7</i>
<b>Outros</b>						
EGREP	482.121	366.567	115.554	123,8%	93,8%	30,0
Outros	147.615	117.691	29.924	20,4%	17,4%	3,1
<i>subtotal</i>	<i>629.736</i>	<i>484.259</i>	<i>145.478</i>	<i>56,6%</i>	<i>45,3%</i>	<i>11,3</i>
<b>Empresas Parpública</b>						
Parpública	5.129.831	4.955.064	174.767	59,6%	59,4%	0,2
ADP - Águas de Portugal	600.000	600.000	0	49,2%	49,2%	0,1
CTT	2.350	5.553	-3.204	0,2%	0,5%	-0,3
Sagestamo	422.302	486.916	-64.614	30,8%	34,1%	-3,3
TAP SA	818.860	861.656	-42.796	43,9%	49,9%	-6,1
Outros	28.770	33.196	-4.426	7,2%	8,2%	-1,0
<i>subtotal</i>	<i>7.002.112</i>	<i>6.942.385</i>	<i>59.727</i>	<i>47,8%</i>	<i>49,0%</i>	<i>-1,2</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>33.246.775</b>	<b>31.602.909</b>	<b>1.643.866</b>	<b>60,1%</b>	<b>57,7%</b>	<b>2,4</b>
<b>Saúde</b>						
CH de Lisboa Norte	8.021	8.021	0	1,0%	1,2%	-0,2
CH de Lisboa Ocidental	244.230	0	244.230	85,1%	0,0%	85,1
CH do Porto	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0
CH e Universitário de Coimbra	16.958	16.958	0	1,2%	8,5%	-7,4
CH São João	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0
Outros	334.941	334.777	164	7,7%	10,1%	-2,3
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>604.150</b>	<b>359.756</b>	<b>244.394</b>	<b>8,0%</b>	<b>7,3%</b>	<b>0,8</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 2ºTrim 2013</b>						
CH Baixo Vouga	11.122	-	-	6,6%	-	-
CH de Lisboa Central	80.116	-	-	32,6%	-	-
CH Tondela-Viseu	28.214	-	-	26,1%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	4.000	-	-	2,0%	-	-
ULS do Nordeste	18.177	-	-	49,4%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

## D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Unid: dias

	2.º Trim 2013	2.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa	18	23	-5	-21,7%
RTP	81	56	25	44,6%
<i>subtotal</i>	78	54	24	44,4%
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	74	48	26	54,2%
<b>Infraestruturas</b>				
Adm. Portuárias	30	66	-36	-54,5%
EDIA	83	84	-1	-1,2%
Estradas de Portugal	18	23	-5	-21,7%
Parque Escolar	51	69	-18	-26,1%
REFER	38	79	-41	-51,9%
Outros	37	43	-6	-14,0%
<i>subtotal</i>	29	50	-21	-42,0%
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>				
Parque Expo	128	93	35	37,6%
Outros	n.d.	n.d.	-	-
<i>subtotal</i>	128	93	35	37,6%
<b>Transportes</b>				
CP	161	98	63	64,3%
Metropolitano de Lisboa	37	165	-128	-77,6%
Metro do Porto	89	96	-7	-7,3%
STCP	52	46	6	13,0%
Carris	55	52	3	5,8%
Outros	97	124	-27	-21,8%
<i>subtotal</i>	102	102	0	0,0%
<b>Outros</b>				
EGREP	5	0	5	-
Outros	31	35	-4	-11,4%
<i>subtotal</i>	25	26	-1	-3,8%
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública	51	30	21	70,0%
ADP - Águas de Portugal	62	65	-3	-4,6%
CTT	39	34	5	14,7%
Sagestamo	60	78	-18	-23,1%
TAP SA	n.d.	n.d.	-	-
Outros	59	66	-7	-10,6%
<i>subtotal</i>	43	40	3	7,5%
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>47</b>	<b>57</b>	<b>-10</b>	<b>-17,5%</b>
<b>Saúde</b>				
CH de Lisboa Norte	430	477	-47	-9,9%
CH de Lisboa Ocidental	302	490	-188	-38,4%
CH do Porto	176	327	-151	-46,2%
CH e Universitário de Coimbra	174	474	-300	-63,3%
CH São João	200	331	-131	-39,6%
Outros	243	326	-83	-25,5%
<b>Total sector da Saúde</b>	<b>249</b>	<b>359</b>	<b>-110</b>	<b>-30,6%</b>

Nota 1 - Os dados referentes ao sector da Saúde são fornecidos pela ACSS. Nas restantes empresas, os dados são remetidos pelas mesmas à DGTF.

Nota 2 - Os subtotais e totais são médias ponderadas do sector em causa.

## E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
<b>Órgãos Sociais</b>			
2ºS C	10-04-2013	Despacho n.º 4894/2013	Remunerações dos membros do conselho de administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
2ºS C	10-04-2013	Despacho n.º 4895/2013	Opção pelo valor correspondente à remuneração média dos últimos três anos do lugar de origem, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
2ºS C	12-04-2013	Resolução n.º 9/2013	Nomeia o conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
2ºS C	24-04-2013	Resolução n.º 10/2013	Nomeia o presidente do conselho de administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E
2ºS C	30-04-2013	Resolução n.º 11/2013	Nomeia o conselho de administração do Hospital Santa Maria Maior, E. P. E.
2ºS C	21-05-2013	Despacho n.º 6570/2013	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E., o Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite
2ºS C	24-05-2013	Resolução n.º 14/2013	Nomeia o conselho de administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.
2ºS C	29-05-2013	Resolução n.º 15/2013	Nomeia o conselho de administração da Parque Escolar, E.P.E, para o triénio 2013-2015
2ºS C	12-06-2013	Despacho n.º 7533/2013	Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil do Cargo de Gestor Público
<b>PPP e Concessões</b>			
2ºS C	03-06-2013	Despacho n.º 7130/2013	Constituição de uma comissão para a renegociação do segundo contrato de concessão das Travessias Rodoviárias do Tejo em Lisboa, celebrado entre o Estado Português e a LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.
2ºS C	03-06-2013	Despacho n.º 7131/2013	Constituição de comissão para a renegociação da concessão de construção, conservação e exploração de autoestradas, outorgada pelo Estado Português à BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A. (BRISA)
<b>Privatizações e Reestruturações</b>			
1ºS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 68/2013	Procede à transferência de competências do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., exercidas pelo Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães daquele instituto, para o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.
1ºS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 69/2013	Procede à criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., e do Hospital de Faro, E.P.E
1ºS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 66/2013	Procede à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores
1ºS	24-04-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2013	Determina a conclusão do processo de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.
2ºS C	29-05-2013	Despacho n.º 6948/2013	Garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. Junto do Banco Europeu de Investimento
1ºS	12-06-2013	Decreto-Lei n.º 80/2013	Aprova o processo de alienação, direta ou indireta, do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.
1ºS	05-04-2013	Decreto-Lei n.º 48/2013	Altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»
<b>Outros</b>			
2ºS C	04-04-2013	Despacho n.º 4692/2013	Determina a desafetação do domínio público ferroviário, sob gestão da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., todo o património existente nos limites geográficos do Município de Fafe
2ºS C	05-04-2013	Despacho n.º 4730/2013	Determina que não tem aplicação no caso específico da Fundação Portuguesa das Comunicações a medida excecional e transitória de estabilidade orçamental, para o ano de 2013, prevista no n.º 1 do artigo 14.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/ 2012, de 31 de dezembro, de agravamento da redução de transferências, ficando esta Fundação sujeita apenas à decisão de redução de 50 % do total de apoios financeiros públicos do ICP ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, I. P., e dos Correios de Portugal - CTT, S. A.
1ºS	10-04-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013	Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público
2ºS C	12-04-2013	Despacho n.º 4999/2013	Fixa em EUR 3 000 000 o limite de competência do conselho diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, I.P., para a realização de operações financeiras
2ºS C	20-05-2013	Despacho n.º 6478/2013	Homologa a tabela de preços de bilheteira do Teatro Nacional São João, E.P.E
1ºS	20-05-2013	Resolução da Assembleia da República n.º 68/2013	Comissão eventual de inquérito à celebração de contratos de gestão de risco financeiro por empresas do sector público
1ºS	18-06-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013	Determina que se proceda à demissão de gestores públicos, por mera conveniência, à cessação da designação em regime de substituição de vogal de instituto público e à cessação dos cargos de direção ou de responsabilidade na área financeira de personalidades envolvidas na celebração de contratos de instrumentos financeiros derivados de natureza claramente especulativa e ou contratualmente desequilibrados
1ºS	21-06-2013	Lei n.º 39/2013	Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas